

Actual Terceira vaga de emigração

Emigraram 700 mil portugueses na última década

Êxodo. Saíram do País 697 962 portugueses para trabalhar, quase o dobro dos 454 191 estrangeiros que aqui residem. É uma nova onda de emigrantes e com números que se aproximam das décadas de 60 e 70

CÉU NEVES e FILOMENA NAVES

Na última década, 700 mil portugueses saíram do País, para trabalhar. Só em 2007 e 2008, emigraram mais de 200 mil. É a terceira vaga da emigração e com níveis próximos dos anos 60 e 70, diz o economista Álvaro Santos Pereira. Mas esta "pode ser mais prejudicial porque inclui uma fuga de cérebros e porque, combinada com a baixa natalidade, é uma bomba-relógio para a sustentabilidade da Segurança Social", sublinha.

Depois de dois grandes fluxos migratórios, um no início do século XX e outro nos anos 60 e 70 que bateu todos os recordes, assistimos à terceira vaga da emigração portuguesa, como lhe chama Álvaro Santos Pereira, professor e investigador da Simon Fraser University, de Vancouver, no Canadá.

Está a emigrar uma média de 70 mil portugueses por ano, e houve aceleração nos últimos tempos. Desde 1998, os cidadãos nacionais que saíram são quase o dobro do total de estrangeiros que vivem em Portugal, 454 mil. Nesta

terceira vaga, "estamos a falar de números que não tiramos desde a década de 70 do século passado e que são muito significativos para um país pequeno", nota Santos Pereira.

O investigador recolheu os dados junto dos serviços de Segurança Social e de inquéritos nacionais dos países de destino dos novos emigrantes. É a única forma de ter uma noção dos fluxos migratórios entre Portugal e a Europa, uma vez que a abolição de fronteiras no espaço Schengen impede a contabilização de quem entra e quem sai.

Na última década, e sobretudo a partir de 2003, segundo os dados que publicou este ano no estudo "O regresso da emigração portuguesa", os países-de-destino foram sobretudo a Suíça, a Espanha, o Reino Unido e o Luxemburgo. E, desde 2007, as saídas rumo a Angola dispararam: 23 mil em 2008 e "a avaliar pelo número de vistos", afirma Santos Pereira, "mais de 40 mil em 2009".

O presidente do Observatório da Emigração, Rui Pena Pires, confirma uma terceira vaga. O problema é saber quantos destes voltam e quantos destes vão e vêm. "Há uma vaga de emigrantes, mas não sabemos quantos estão a voltar. Esta emigração é no interior da União Europeia e há muitos fluxos de ida e volta. As pessoas emigram para Holanda, Reino Unido, Suíça, Espanha e voltam, não era como na década de 60 em que saíam sem pensar no regresso", explica Rui Pena Pires. E acrescenta que a verdadeira dimensão deste fenómeno só será conhecida nos Censos de 2011.

Entre os que saem para Espa-

nha, destino que registou uma quebra em 2008 (ver gráfico dos principais destinos), há trabalhadores que vão e vêm todas as semanas ou de 15 em 15 dias. E, mesmo em relação aos cidadãos que partem para Angola, estas são deslocações com ida e volta. Além, nos primeiros anos, apenas lhes é concedido um visto de três meses.

É esta incerteza que paira sobre a nova vaga: tem muito de temporária (mesmos de um ano a trabalhar fora do País), ou não?

Os estudos do Observatório indicam um aumento dos "emigrantes temporários, no quadro de uma maior circulação entre a origem e o destino: esse número passou de quase nove mil emigrantes anuais, nos finais de 1980, para cerca de 20 mil, durante a década de 1990". É um grupo em que a percentagem de borrasa é maior do que nas migrações de fixação. Santos Pereira cita dados de inquéritos noutros países para sublinhar que "as estimativas sobre a emigração temporária, em geral são sempre feitas por baixo". O Censo do próximo ano dirá.

Muitos são temporários, mas dimensão real é desconhecida



Anos 10 - Um destino transatlântico

PRIMEIRA VAGA Entre meados do século XIX e 1930, quase dois milhões de portugueses saíram do País. A expressão máxima desta emigração ocorreu na década de 10 e de novo na de 20 do século passado, quando se atingiram números da ordem dos 90 mil anuais. O principal destino dos que partiam era o Brasil, sobretudo do sexo masculino, na maioria analfabetos, que se dirigiam a cruzar o oceano. A pobreza, o desemprego e o atraso generalizado no País empurraram estes milhares de pessoas, oriundas do Norte e Centro do País.

13% dos licenciados vão-se embora

PREOCUPAÇÃO Portugal é o terceiro país da União Europeia, a seguir à Irlanda e à Eslováquia, que regista a maior fuga de cérebros

Um em cada 13 portugueses com curso superior emigrou em 2009, para um total de 90 mil emigrantes nesse ano, segundo o Observatório da Emigração. Só a Eslováquia (14%) e a Irlanda (23%) nos ultrapassam em termos de fuga de cérebros para o estrangeiro, na União Europeia. O número destes emigrantes quase duplicou na década de 1990.

Mas, se contabilizarmos o número de portugueses que concluíram a formação superior nos países de destino, a percentagem de emigrantes com este nível de habilitações é de 20%. Até porque muitos dos que emigram para estudar ou prosseguir a formação académica acabam por se fixar no estrangeiro devido à falta de perspectivas em Portugal.

Segundo os autores de Portugal: Atlas das Migrações Interna-

cionais, publicado pela Gulbenkian, os principais destinos desses cérebros eram em termos absolutos EUA, Canadá, Alemanha e França, e, em termos relativos, Reino Unido, Bélgica, Holanda, Suíça e Itália.

A exceção da França (apenas 4% são licenciados), em todos os países referidos a percentagem de emigrantes portugueses com formação superior situava-se entre um mínimo de 28% (EUA) e um máximo de 40% (Reino Unido), revela o Atlas. E que o perfil mais desqualificado para França se assemelha aos fluxos para o Luxem-

burgo, a Suíça e a Espanha. "Se um em cada 20 ou 30 dos licenciados regressar ao País, não há problema. Pelo contrário. Mas se isso não acontecer é preocupante", sublinha o professor da universidade canadiana Álvaro Santos Pereira.

A actual crise e os números crescentes do desemprego em Portugal não são, nesse sentido, um bom indicador, acrescenta o economista. "Segundo os últimos números, 68 mil das pessoas desempregadas em Portugal são licenciadas, e se não houver oportunidades em Portugal vão para fora", prevê.

TENDÊNCIA

Remessas voltam a crescer

No final dos anos 70, as remessas dos emigrantes chegaram a ser 10,6% do PIB nacional. Com o crescimento económico no País, a partir do final dos anos 80, essa percentagem diminuiu e atingiu agora 1,5%. Mas em 2010 há

dados que indicam que as remessas estão a aumentar de novo, diz Álvaro Santos Pereira. A França continua a ser a maior fonte, seguida da Suíça. Entre 1998 e 2009 as que provêm das antigas colónias aumentaram 254 vezes.

Evolução da emigração

Portugal está na terceira vaga de emigrantes. É no século XX há mais pessoas a sair do País do que nos finais do século XIX e início do XX, quando se iniciou o fluxo migratório.



Discursos sobre emigração em tempos de crise: uma abordagem comparativa

Marta Silva

Yvette Santos

Introdução

Este artigo pretende analisar o discurso sobre emigração portuguesa em contexto de crise económica, utilizando como ponto de partida artigos do jornal nacional *Diário de Notícias (DN)* publicados em momentos de emergência de crise a nível internacional, quando os primeiros efeitos se começaram a fazer sentir em Portugal e na emigração portuguesa e esta se torna um tema central e recorrente de debate. Mas este estudo não se confina apenas à análise do discurso na atualidade. As várias referências que hoje são feitas às correntes emigratórias portuguesas do século XX levaram-nos a considerar oportuno compreender de que forma a questão emigratória é tratada em diferentes contextos históricos de crise. O método comparativo ajudará a desvendar as dinâmicas dos discursos, a sua evolução, as problemáticas colocadas, as perspetivas adotadas e as omissões; permitirá ainda evidenciar rutura(s) e continuidades na abordagem da questão emigratória. No fundo, e parafraseando João Figueira, este artigo tem como desafio procurar saber que país político, económico e social era mostrado e contado no *DN*¹.

Entendeu-se como menos indispensável para a execução dos objetivos gizados o desequilíbrio em termos de dimensão temporal entre os três períodos abordados (no segundo caso a amostra apenas remete para sete meses), que uma determinada lógica que todos encerram. Determina-se o ponto de partida das amostras com o momento em que é reconhecido o início das diferentes “crises” internacionais; e encerra-se a amostra com marcos políticos relevantes e geradores de mudanças significativas na sociedade portuguesa.

Neste sentido, optou-se pelo estudo do discurso nos seguintes contextos: da crise provocada pelo *crash* de outubro de 1929 até 1933 (data da Constituição política do Estado Novo que instituiu restrições à saída da população), ano que ficaria marcado a nível socioeconómico e político pela Grande Depressão e pela Ditadura Militar que levaria à instauração do Estado Novo; de outubro de 1973 até ao 25 de Abril de 1974, período balizado pela Crise Petrolífera e pela Revolução do 25 de Abril que pôs fim ao Estado Novo, estabeleceu a liberdade de imprensa, de emigração², entre outras; finalmente, de setembro de 2008 até junho de 2011, a

1 FIGUEIRA, 2007: 86.

2 Sobre a legislação relativa à emigração, anterior e promulgada com o 25 de Abril, ver RIBEIRO, 1986.

fase recente marcada pela crise financeira e pelas eleições que levaram o PSD e o CDS-PP à liderança do governo português, a partir de onde se verificou o endurecimento das medidas de austeridade e um aumento ainda mais significativo das saídas.

As balizas históricas iniciais permitem aceder ao tratamento do tema da emigração algum tempo antes de as consequências da crise internacional se terem feito sentir na economia portuguesa, ou, mais concretamente, que o poder político a tivesse considerado enquanto tal e tomado medidas no sentido de lhe fazer face. Nestes momentos, em que a imprensa analisada dá sobretudo destaque aos desenvolvimentos internacionais – situação também potenciada pela censura ao que de menos positivo pudesse ocorrer no país – encontramos-nos numa fase na qual se começam a vislumbrar os riscos reais para Portugal e se tecem as primeiras conjeturas sobre as consequências para a emigração portuguesa.

As políticas migratórias adotadas nos países recetores foram também determinantes para a escolha dos três contextos históricos em análise. De facto, verifica-se uma tendência na aplicação de restrições à entrada de emigrantes, que viriam a ser reforçadas com a propagação da crise a nível mundial. Já desde o final da I Guerra Mundial, são tomadas uma série de medidas (lei das cotas) pelos principais países de destino dos portugueses (EUA, Brasil) que são reforçadas com a crise³; nos anos 70, confirma-se em França, principal destino dos portugueses, um conjunto de medidas que dificultam a presença de emigrantes, nomeadamente ilegais⁴. Embora estas medidas não se destinassem diretamente aos portugueses, que usufruíram de um estatuto privilegiado, com a crise deram origem à instauração de medidas mais restritivas em 1974 (com o encerramento das fronteiras) aplicadas a todos os emigrantes; apesar de Portugal – país democrático que não impõe restrições no momento da saída – estar inserido no espaço Schengen, o que garante liberdade de circulação aos trabalhadores portugueses no espaço europeu, a diversidade dos destinos da emigração atual denuncia a existência de barreiras administrativas fora deste espaço geográfico privilegiado⁵.

Embora se tenha procurado ter uma apreciação geral do lugar ocupado pela emigração portuguesa no *Diário de Notícias* durante os três períodos estudados, tendo-se procedido ao levantamento e identificação dos artigos que abordam a questão emigratória de forma direta ou indireta, optou-se por selecionar e dar enfoque a uma amostra de artigos publicados (notícias, entrevistas, reportagens, e artigos de análise e/ou opinião) que permitissem evidenciar o discurso jornalístico e as influências a ele inerentes: a sua relação com o poder, com as elites e com o público em geral.

1. A crise de 1929: elevar as relações luso-brasileiras e condenar a emigração para França

A literatura nacional tem demonstrado que Portugal foi tardiamente e pouco atingido pela Grande Depressão que se estendeu até 1933. Tal facto ficou sobretudo a dever-se à fraca participação do país na rede de empréstimos e no comércio internacional e ao gradual equilíbrio das finanças públicas fruto da aplicação de um conjunto de medidas iniciadas em 1922⁶. De facto, por não ser constituída por grandes concentrações industriais ligadas ao capital estrangeiro, a indústria portuguesa ficou relativamente protegida dos efeitos da crise. No que se refere à agricultura, a sua estrutura garantia o autossustento e a ocupação da população ativa⁷.

Porém, a crise agiu diretamente sobre as capacidades de exportação dos produtos coloniais, assim como sobre os níveis dos invisíveis da balança de pagamentos que se viu ressentida com a quebra das remessas

3 BAGANHA, 1988; RYGIEL, 2007.

4 SCHOR, 1996; WEIL, 2004; SPIRE, 2005.

5 Ver, por exemplo, para o caso da política imigratória brasileira: SICILIANO, 2013.

6 Sobre o conjunto de medidas tomadas, ver ROSAS, 1996: 93-99; ROSAS, 1994: 243-299; LAINS, 1999: 36-39.

7 ROSAS, 1996: 101.

dos emigrantes, a partir de 1931, provocada pelas restrições à saída de dinheiro do Brasil e pelo reforço dos obstáculos à entrada de emigrantes. De facto, entrara-se, pela primeira vez, num ciclo desfavorável à emigração – à exceção do período da I Guerra Mundial – com uma média anual de saídas de 7500 indivíduos entre 1931 e 1935, quando nos anos 1920 se registaram saídas na ordem dos 30 000 indivíduos por ano⁸. A crise dos anos 1890 tinha, pelo contrário, sido um incentivo às saídas, aliada às políticas imigratórias favoráveis à entrada de portugueses, nomeadamente no Brasil.

Tendo como pano de fundo a situação de crise, a aplicação de um protecionismo nacionalista – tal como se verificou para outros países europeus como a França – assente no pleno aproveitamento dos recursos económicos e sociais nacionais e coloniais que evitavam a dependência externa, e as limitações impostas à saída de emigrantes, procuraremos entender o discurso oficial construído durante a Ditadura Militar acerca da emigração. Teremos em consideração o papel da emigração no equilíbrio da balança de pagamentos (através das remessas), no escoamento do excesso populacional, no abrandamento da situação de desemprego e na manutenção das relações comerciais com o Brasil. Através da análise do *DN*, tentaremos perceber que discurso se privilegiou e que aspetos se omitiram. Finalmente, procuraremos identificar as preocupações oficiais e de que forma transparecem no jornal.

Seguindo a vaga do Novo Jornalismo e as correntes internacionais sobre jornalismo e imprensa, o *DN*, jornal de massas desde o início do século XX, tentou diversificar a informação divulgada com o reforço do uso da fotografia na ilustração dos artigos, destacando nomeadamente os redigidos por individualidades políticas e do campo literário de grande relevo⁹ sobre acontecimentos internacionais, nacionais e políticos, sobre a vida local (na rubrica “Do Norte ao Sul”), os *faits divers* ou iniciativas que visavam a população levadas a cabo pelo próprio jornal (concurso das Marias, campanha contra o analfabetismo que, segundo o jornal, deu origem a medidas governamentais das quais se regozija¹⁰). O *DN* mantém uma ligação ao governo até o Estado Novo ser derrubado desde 1928, dada a participação redatorial de individualidades ligadas ao regime ditatorial e a penetração do capital público no jornal através da Empresa Nacional de Publicidade dominada pela Companhia Portugal e Colónias que era subscrita pela Caixa Geral de Depósitos. A partir daí, e embora declarando-se independente, o *DN*, com o seu diretor Eduardo Schwalbach que substituiu o célebre diretor Augusto Castro durante uma missão diplomática¹¹, inscreve-se no grupo dos jornais situacionistas.

Conforme os objetivos estipulados pelo Governo em relação à propaganda, a imprensa tornou-se um órgão privilegiado ao serviço do Estado¹² com a função de controlar a informação divulgada para a opinião pública. Deste modo, a informação divulgada pelo jornal, enquadrada pela censura instaurada a 22 de junho de 1926 (que só veio a ser regulamentada em 1934 por uma lei de imprensa¹³), era em parte constituída por notícias de propaganda e de atos da administração pública (entre outros publicavam-se, na íntegra, decretos-lei, discursos oficiais, informação sobre a ação eficaz da polícia na repressão), onde se divulgavam as iniciativas governamentais, em detrimento de uma intervenção interpretativa/crítica do jornalista ou dos profissionais da imprensa sobre a notícia.

A falta de uma componente opinativa do jornalista reflete-se também nas notícias fornecidas por informadores ou repórteres do jornal que, a partir de uma recolha local, relatavam as consequências da emigração no trabalho e no despovoamento das zonas agrícolas. Os artigos não eram assinados e traduziam

8 ROSAS, 1996: 101. Ver também BAGANHA, 2003.

9 FREIRE, 1939: 275-313.

10 PACHECO, 1964.

11 Eduardo Schwalbach foi diretor do *DN* de 1924 a 1939 e de 1945 a 1946.

12 VERÍSSIMO, 2003: 27.

13 A ausência de lei da imprensa explicaria, segundo Helena Veríssimo, a falta de reação viva à aplicação da censura. De facto, a censura prévia só viria a ser instituída com o Decreto n.º 22 469 de 11 de abril de 1933 (VERÍSSIMO, 2003: 37-38).

a posição das elites económicas locais que utilizavam o jornal para alertar sobre os seus prejuízos económicos e apelar indiretamente a uma intervenção protetora do Estado. Alguns jornalistas escrevem artigos de opinião sobre assuntos – como a relação Portugal-Brasil – que, indiretamente, se referem à questão emigratória. António Ferro, homem da propaganda do regime e jornalista do Estado Novo, Paulo Osório, Agostinho de Campos, Jaime Lopes Dias e João Lusa foram homens de letras e do poder, com vasta cultura geral e integrados no espírito dirigente da nação, que abordaram temas indiretamente mas intimamente ligados à questão emigratória.

A manutenção das relações luso-brasileiras através da emigração foi uma das abordagens privilegiadas por este órgão de imprensa¹⁴. Valorizar e manter a emigração para o Brasil, assim como conservar a presença portuguesa naquele país, constituíam para o Governo duas das condições para a preservação das relações comerciais e económicas¹⁵, uma vez que o Brasil representou um dos principais parceiros comerciais portugueses até 1930¹⁶. Com o intuito de satisfazer os vários interesses ligados à emigração, – os da colónia portuguesa, do setor do comércio *import/export*, das companhias nacionais de navegação e dos setores agrícolas ligados a este comércio, como o vinho – privilegiava-se então um discurso ideológico e propagandístico que exacerbava as afinidades culturais, linguísticas, raciais e históricas entre os dois povos e que enfatizava o prestígio português a nível internacional, permitindo assim colocar em evidência a ascendência lusitana sobre a civilização brasileira¹⁷.

A disponibilização do pacote português *Nyassa* pela Companhia Nacional de Navegação (CNN) para a realização das ligações entre Portugal e o Brasil, em 1930, tornou-se uma notícia recorrente e com destaque nas páginas do *DN*, que acompanhou de perto o entusiasmo dos dois países durante o período da sua curta atividade, e que serviria, uma vez mais, para elevar o prestígio português a nível internacional que havia sido perdido com o insucesso da exploração desta linha pela empresa Transportes Marítimos de Portugal¹⁸. O navio misto dedicado ao transporte de mercadorias e de passageiros das três classes era o símbolo do prestígio nacional¹⁹, uma vez que tinha capacidade de concorrer com os pacotes de luxo das companhias estrangeiras – inglesa e francesa – no transporte de passageiros²⁰. Embora não sendo um pacote novo, aquela embarcação dispunha de inovações tecnológicas (maior velocidade, por exemplo) e da oferta de melhores condições de viagem²¹ que satisfaziam uma clientela prestigiosa. A CNN, que efetuava principalmente transporte de emigrantes portugueses para o Rio de Janeiro e para Santos, reivindicava boas condições de viagem em termos de alojamento e higiene, por exemplo. Além da presença portuguesa nos transportes marítimos procurar elevar o prestígio do país a nível internacional, pretendia-se garantir o monopólio do transporte de emigrantes de 3.^a classe, assim como o transporte de mercadorias entre Portugal e Brasil. Porém, as restrições impostas em finais de 1930 à entrada de emigrantes e de mercadorias tornaram a exploração da linha deficitária, o que

14 LUSO, João – “Os portugueses no Brasil”. *DN*, 30.12.1929, p. 1.

15 SANTOS, 2011: 557-572.

16 Até final dos anos 1920, o Brasil constitui o principal parceiro comercial de Portugal (LAINS, 1999: 36).

17 “Portugal e Brasil”. *DN*, 8.12.1929, p. 1.

18 “Carreiras de Navegação para o Brasil”. *DN*, 29.10.1929, p. 9.

19 “Navegação portuguesa para o Brasil”. *DN*, 12.11.1929, p. 1; “A navegação portuguesa para o Brasil. Corresponde a um plano de desenvolvimento da nossa marinha mercante”. *DN*, 10.12.1929, p. 1; “O vapor ‘Niassa’ no Brasil. A imprensa ocupa-se largamente do acontecimento, estando em preparação um programa de festas”. *DN*, 22.12.1929, p. 1; DIAS, Jaime Lopes – “Comunicações e transportes”. *DN*, 28.12.1929, p. 1 e 6; “As grandes iniciativas da indústria portuguesa. Marinha Mercante. Companhia Nacional de Navegação”. *DN*, 23.4.1930, p. 5.

20 Sobre história marítima, ver BUTEL, 2012: 383-524.

21 Com o aumento das restrições à entrada de emigrantes nos anos 1920, tal como nos EUA (medidas de 1921 e de 1924), as companhias marítimas, com o intuito de assegurarem um domínio no transporte de passageiros a nível internacional, competiam entre elas disponibilizando navios mais rápidos e luxuosos para satisfazer uma nova clientela mais exigente, em relação às acomodações, do que os tradicionais emigrantes (BUTEL, 2012: 501-510).

levou a CNN a pôr termo à sua exploração em 1932²². A linha foi deixada à concorrência estrangeira – inglesa, francesa, holandesa, alemã e brasileira – e a Companhia passou a concentrar-se na exploração das linhas de África, conforme determinado em 1930 pelo Ato Colonial²³.

Através do *DN* também se verifica a valorização da presença dos portugueses no Brasil, evidenciando-se o seu contributo para o engrandecimento do país, quer a nível económico como cultural²⁴. Esta visão, veiculada desde o final do século XIX, quando o movimento emigratório aumentou e o perfil socioeconómico dos emigrantes mudou²⁵, contrapõe-se às crescentes dificuldades de inserção dos emigrantes portugueses no mercado de trabalho brasileiro e às medidas restritivas que impediam a entrada de indesejáveis considerados inassimiláveis e perigosos para a segurança pública²⁶, realidade que marcou os anos 1920, e sobretudo a Era Vargas²⁷, e que provocaria movimentos de regresso para Portugal que este periódico também raramente noticiou.

O *DN* serviu ainda de plataforma de divulgação da regulamentação sobre a assistência aos emigrantes, debruçando-se sobre as recomendações e os debates internacionais que concluíam a necessidade de reforçar a intervenção dos Estados nas migrações, e sobre as reformas administrativas que deviam ser levadas a cabo com o objetivo de valorizar as ações benéficas do Estado face os seus emigrantes assim como de reforçar a repressão policial sobre as práticas ilegais²⁸.

Quando, no século XIX, as saídas de emigrantes de origem social modesta se tornaram um problema político, pelo facto de provocarem uma sangria demográfica que punha em causa a estrutura socioeconómica nacional, revelando-a incapaz de manter a sua mão-de-obra em território nacional, colocou-se a responsabilidade nos intermediários da emigração, que carregavam a imagem negativa de exploradores. Ao mesmo tempo, fomentava-se a visão de um Estado que tinha o dever de proteger, assistir e orientar os emigrantes assim como de reforçar o controlo policial sobre as atividades dos intermediários e, sobretudo, nas zonas fronteiriças, de forma a evitar o recurso a medidas socioeconómicas de fundo que pudessem alterar o *statu quo* das elites agrícolas.

Após o golpe militar de 1926, a intervenção do Estado traduziu-se na produção de uma regulamentação que visava o controlo sanitário das saídas nas zonas portuárias²⁹ e que fixava as condições de transporte dos emigrantes nos navios até ao desembarque³⁰. Tal regulamentação acabou por consolidar as medidas definidas durante a República que serviram de base legislativa de referência na gestão do transporte de emigrantes até 1970, em particular no que diz respeito à mediação das relações entre o Estado e as companhias de navegação. Para além da questão assistencial, em 1933-1934, iniciou-se uma reforma institucional no sentido de centralizar os serviços de emigração numa só instituição, a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado³¹. Pretendia-se reduzir a intervenção do Estado na emigração a uma ação de natureza policial, sem no entanto determinar a exclusão dos intermediários na organização administrativa da emigração.

22 COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO, 1933: 6.

23 Foi necessário esperar pela Segunda Guerra Mundial para que a Companhia Colonial de Navegação decidisse disponibilizar um navio, o North King, para assegurar o transporte de refugiados até ao Brasil (PIMENTEL, 2006: 175-188).

24 LUSO, João – “Os portugueses no Brasil”. *DN*, 30.12.1929, p. 1.

25 PEREIRA, 1981.

26 RAMOS, 2008: 77-101.

27 GERALDO, 2009: 175-207.

28 “Engajadores enviados a juízo”. *DN*, 13.12.1929, p. 9; “Os engajadores”. *DN*, 19.3.1930, p. 5; “Indústria de passagens e passaportes”. *DN*, 23.3.1930, p. 6; “Emigração clandestina”. *DN*, 8.5.1930, p. 5; “O ‘Diário de Notícias’ no Porto. A Cidade. Emigração clandestina” e “Emigração”. *DN*, 9.5.1930, p. 4.

29 SANTOS, 2010: 70-75.

30 “Emigração. Foi publicado um decreto regulando a assistência dos emigrantes portugueses”. *DN*, 7.11.1929, p. 5.

31 RIBEIRO, 1995: 66-78.

Com os efeitos da crise, com as medidas de redução das despesas públicas e com a diminuição das saídas, o governo teve que enfrentar o aumento do desemprego e o descontentamento crescente das elites agrícolas, dada a falta de mão-de-obra (Bragança, Leiria, Castelejo – Fundão, Cerva, Caldas das Faipas, São Pedro de Sales – Alentejo, Castelo de Paiva, Soalhais, Cedovim, Faro, Vila Verde, Ponte de Barca, Monção e Braga). De facto, e já no início de 1930, o *DN* referia-se aos “efeitos perversos” da saída dos operários agrícolas para Espanha e França³². Embora se privilegiasse uma orientação da emigração para o Brasil, de forma a não incentivar em demasia o êxodo populacional não se assumia claramente essa postura, que, no entanto, era vista como o meio adequado de escoamento da população e como a solução para o aumento do desemprego em Portugal. Consequentemente, os artigos centraram-se na temática da falta de mão-de-obra para a realização dos trabalhos agrícolas, no aumento salarial provocado pelas saídas, e na natureza ilegal que muitas assumiam. No último aspeto, focava-se a organização dos empregadores, considerados pouco escrupulosos, lendo-se nos artigos o receio de que estas práticas se propagassem ao Algarve e ao Alentejo.

Neste sentido, o jornal adotou claramente o discurso da grande propriedade fundiária do Sul, apoiando uma intervenção policial eficaz que punha fim às práticas ilegais e à saída de trabalhadores, defendendo a aplicação de medidas de proteção à agricultura, como a fixação dos preços dos produtos agrícolas, e sugerindo a abertura de trabalhos de obras públicas que assegurassem uma ocupação remunerada ao operário aquando dos períodos de fraca atividade agrícola, de maneira a mantê-lo numa situação de precariedade profissional e de submissão ao empregador, fosse ele o Estado ou o proprietário fundiário³³. Para responder às exigências da elite rural, as políticas económicas e sociais visavam, entre outras coisas, proteger a agricultura portuguesa e fixar a mão-de-obra de maneira a que esta estivesse sempre disponível para aquela atividade. Foram disso exemplo a Campanha do Trigo, iniciada em 1929, a fixação dos preços agrícolas, a decisão de baixar os salários dos operários e dos trabalhadores rurais para garantir meios baratos de produção e de reprimir a contestação social, a abertura de trabalhos de obras públicas e a criação do Commissariado do Desemprego, em 1932, que tinha como função arranjar ocupações para a mão-de-obra desempregada nos tempos de fraca atividade profissional³⁴.

No sentido de reforçar o apoio aos interesses da elite agrícola, do *lôbi* marítimo e da colónia portuguesa no Brasil, restava desenvolver uma campanha de difamação contra a emigração para Espanha e França, de forma a realçar os seus inconvenientes e desincentivar essas saídas. Na senda deste objetivo, o *DN* foi ao contacto direto com os emigrantes, realizando reportagens que comprovavam as difíceis condições de vida e de trabalho em França. Foi o caso da reportagem realizada pelo jornalista Amadeu de Freitas (filho) – do corpo gerente do Sindicato Nacional dos Jornalistas de 1934³⁵, órgão de controlo da atividade dos profissionais da imprensa – aos antigos soldados portugueses da Primeira Guerra Mundial que se fixaram em França para trabalhar nas minas de carvão da cidade de Lens (norte da França). Amadeu de Freitas adotou um discurso simples, dando voz direta aos emigrantes³⁶. Ao Portugal agrícola, idílico, do bom vinho do Porto, contrapunha-se o trabalho árduo e ingrato das minas, a fome e a exploração, sobrando-lhes a saudade de Portugal e a família que se juntava ao emigrante.

32 “O distrito de Bragança despovoou-se”. *DN*, 14.11.1929, p. 9; “O êxodo de ‘rurais’ para França”. *DN*, 15.12.1929, p. 2; “Portugal despovoou-se. No distrito de Leiria a emigração é intensa”. *DN*, 6.2.1930, p. 9; “A emigração”. *DN*, 24.4.1930, p. 2.

33 ALHO, 2006: 278-286; FONSECA, 2007: 81.

34 ROSAS, 1994: 254-255.

35 A criação do novo Sindicato Nacional dos Jornalistas em 1934 suscitou polémica entre os corpos gerentes das associações e dos sindicatos ligados ao jornalismo e à imprensa. O jornalista Belo Redondo foi um dos principais indivíduos a encabeçar a oposição, alegando nomeadamente o problema de autonomia da imprensa junto ao poder. Amadeu de Freitas (filho) foi um dos 100 jornalistas a assinar o abaixo-assinado aprovando a criação do sindicato e os seus estatutos (SOBREIRA, 2003: 35-56).

36 FREITAS, Amadeu (filho) – “Os portugueses em França. Sob o solo da Flandres”. *DN*, 27.11.1930, p. 1; FREITAS, Amadeu (filho) – “Os portugueses em França. Cuidado, emigrantes!”. *DN*, 24.11.1930, p.1-2; FREITAS, Amadeu (filho) – “Os portugueses da Flandres”. *DN*, 25.11.1930, p. 5.

Os casos de burla foram também evidenciados pelo jornal. Denunciava-se a desonestidade dos engajadores, no aliciamento dos trabalhadores, e dos patrões franceses, pelo incumprimento dos compromissos assumidos no contrato de trabalho. Em contrapartida, era enaltecida a ação eficaz do Estado português na proteção dos seus emigrantes, nomeadamente através da intervenção do consulado português em França. Finalmente, extrapolava-se e transmitia-se uma imagem de uma ação policial eficaz e concertada entre as várias polícias na repressão e no desmantelamento das redes clandestinas de emigração³⁷.

Perante a forte condenação da elite agrícola às saídas para Espanha e França, esperava-se uma ação legislativa mais afirmativa, nomeadamente na restrição da emigração para estes dois países. Todavia, essa condenação não se verificou. Proibida em janeiro de 1927, a emigração para França foi novamente reaberta em abril, prevendo-se no entanto um reforço do controlo estatal na fase de preparação administrativa da saída que passava pelo condicionamento da aquisição do passaporte mediante a obtenção de despacho do ministro do Interior e apresentação de documentos (contrato de trabalho, atestado médico) visados pelas autoridades francesas (ministério francês do trabalho ou da agricultura, cônsul francês) para assegurar a colocação do trabalhador no mercado de trabalho francês³⁸. Em agosto desse ano, os encargos foram aliviados, quer para os indivíduos que seguiam para as colónias portuguesas³⁹ – desde que a saída fosse realizada nas carreiras regulares –, quer para os trabalhadores sazonais que iam para Espanha, dispensando-os de passaporte mas condicionando-os à requisição obrigatória de um justificativo da sua qualidade de trabalhadores junto das autoridades locais⁴⁰. A concessão do passaporte a viajantes para os países europeus passou a ser também facilitada com o aumento do prazo de estadia (de 90 para 180 dias) e com a autorização da sua aquisição por um menor sem a intervenção de um agente de passagens e passaportes. Manteve-se, no entanto, a necessidade de apresentação da licença militar e de dois testemunhos que garantissem as boas intenções do viajante.

Ao analisar como se aborda a questão emigratória no *DN*, ficou clara a preocupação em não problematizar abertamente este assunto, embora esta tivesse sido uma questão amplamente debatida durante a Monarquia e a 1ª República dados os impactos económicos e sociais controversos que provocava⁴¹. O contexto internacional desfavorável às mobilidades garantiu o apaziguamento temporário das tensões entre as elites e o Estado, mantendo os problemas da emigração fora da agenda política. E quando elas se manifestavam, o *DN* assegurou um espaço público para a crítica, controlado pela censura, ao mesmo tempo que serviu de agente divulgador das iniciativas estatais, ainda que filtradas, que pudessem estar em consonância com as preocupações das elites. O reforço e o sucesso da vigilância e da repressão à emigração ilegal foram as ações estatais que mais satisfizeram os interesses das elites e que eram reivindicadas desde a Monarquia. Neste sentido, o *DN* contribuiu também para evitar que a questão da emigração se tornasse um problema público, de maneira a garantir a instauração e consolidação política e social do novo regime ditatorial que se ia instalando.

37 "A emigração. Os abusos dos engajadores e a ação repressiva da Polícia". *DN*, 28.6.1930, p. 1.

38 Portaria n.º 4846 do Ministério do Interior, Direção-Geral da Segurança Pública (*Diário do Governo*, 1.ª Série, 4.4.1927; ver também o Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros (*DG*, 1.ª Série, 19.10.1929), em que são suprimidos os vistos consulares e administrativos nos passaportes franceses e portugueses.

39 Decreto n.º 14 107 do Ministério do Interior, Direção-Geral da Segurança Pública (*DG*, 1.ª Série, 15.8.1927).

40 Em 1931, e após a assinatura do acordo entre Portugal e Espanha, a travessia da fronteira luso-espanhola ficou condicionada à apresentação do bilhete de identidade para o cidadão português ou da cédula pessoal para os espanhóis (Aviso do Ministério do Interior, Intendência-Geral da Segurança Pública, Inspeção-Geral dos Serviços de Emigração. *DG*, 1.ª Série, 5.2.1931).

41 FERREIRA, 2011: 233-250.

2. A crise petrolífera de 1973 após a “vaga” de emigração dos anos 1960

Em pleno marcelismo, o jornalismo português apresentava algumas transformações em relação ao que vimos no início dos anos 30. Os grandes grupos económicos jogavam trunfos importantes no sector da comunicação social (numa fase em que parte da imprensa diária se vê face a problemas de ordem organizacional e económica⁴²) em substituição das famílias que tradicionalmente detinham influência nestes negócios⁴³, a presença de jornalistas com formação profissional era crescente nas redações, assim como o número de mulheres a dedicar-se a esta atividade⁴⁴, e as expectativas, goradas, criadas pela primavera marcelista agitavam ainda mais o debate sobre a liberdade e a “lei” da Imprensa.

Porém, o *DN* manteve uma estabilidade e um comportamento constantes, quer a nível da estrutura do jornal, quer a nível organizacional e económico durante os anos 1960 e 1970. Além de ter sido um dos com mais repórteres fotográficos e redatores, em 1973 este quotidiano era dos jornais com maior tiragem nacional⁴⁵. A publicidade, que ocupou sempre o maior número de páginas deste periódico, ajudava a manter uma certa estabilidade económica que, neste caso era sobretudo conseguida pelo facto de ter como proprietária a Caixa Geral de Depósitos através da Companhia de Portugal e Colónias, como foi dito. As notícias sobre as várias regiões da metrópole e das colónias, especialmente através da rubrica “Portugal em Todos os Quadrantes”, granjeavam-lhe não só mais publicidade como popularidade, continuando a ser um jornal feito para chegar às populações e um veículo inquestionável de propaganda do regime. Em 1973 foi Fernando Fragoso que sucedeu a Augusto de Castro na direção do jornal (que falecera em 1971). Se o primeiro manteve uma grande afinidade com Salazar, o segundo – na nomeação do qual o poder político interferiu⁴⁶ – continuou a dar ao jornal um cariz de defesa e justificação das políticas e ações governamentais. Ana Cabrera, que publicou um trabalho sobre a imprensa durante o marcelismo, explica que são os textos, “pela seleção dos cronistas, pelo conteúdo das suas peças e pelo destaque que o jornal lhes dá, que conferem ao *Diário de Notícias* um tom de concordância geral com a política do Governo”⁴⁷, evidência que não se encontra expressa nos títulos da primeira página, de natureza principalmente informativa. No mesmo sentido, o espírito renovado dos jornalistas que participaram ativamente no movimento associativo e estudantil dos anos 60 não teve a mesma penetração no *DN* que noutros jornais, embora em algumas rubricas possamos encontrar um discurso mais progressista. O diário manteve, na generalidade, uma resistência à mudança nos seus quadros até ao 25 de Abril⁴⁸, que não deixou de transparecer na própria estrutura pesada do jornal e na reprodução de rubricas de pendor conservador, como a dedicada à mulher e ao espaço doméstico.

O *DN* surge-nos assim como um instrumento de comunicação privilegiado do Governo e, especificamente, de Marcello que o utilizou, como à generalidade dos meios de comunicação, para se aproximar da opinião pública, com uma variedade de artigos que consegue chegar a um conjunto populacional mais vasto (mais e menos escolarizado). As notícias que divulgam a ação dos elementos do governo e do próprio Presidente do Conselho ocupam um espaço importante nas páginas do jornal e é nelas – no âmbito de atividades diplomáticas ou na apresentação de medidas governamentais – que encontramos a maior parte da informação sobre emigração. Com frequência, estes textos (muito variados em termos de dimensão ou secção em que se apresentam) são acompanhados de fotografias que ilustram os respetivos atos oficiais.

42 CABRERA, 2006: 84.

43 SOUSA, s.d.: 61.

44 SOUSA, s.d.: 82.

45 CABRERA, 2006: 84; 167-169.

46 CABRERA, 2006: 259.

47 CABRERA, 2006: 197.

48 CABRERA, 2006: 180.

Em suma, Caetano usou os meios de comunicação social, nomeadamente a imprensa – como se pode ver pelo caso do *DN* – como forma de promoção da sua imagem, de legitimação da sua ascensão ao poder, e simultaneamente de divulgação e justificação das suas decisões políticas, criando a ilusão de que existia um diálogo com a população, quando na prática a abolição da censura nunca se concretizou.

A análise dos artigos onde é tratada a emigração (de forma direta ou indireta), confirma estes propósitos, sobretudo no que diz respeito àquela dirigida para os países europeus. Ainda assim, apesar de, nas palavras citadas do ator Raúl Solnado, terem acabado “no Brasil os portugueses de grandes bigodes e pesados e barulhentos tamancos”⁴⁹, os portugueses residentes no Brasil, enquadrados em associações portuguesas e luso-brasileiras, continuavam a dar o mote para preencher várias páginas do *DN*. Esses artigos sublinhavam o estreitamento de relações com o Brasil e a consolidação da “comunidade luso-brasileira” de cada vez que se noticiavam visitas e conversações diplomáticas. A política externa portuguesa procurava nesta altura intensificar as trocas comerciais e culturais entre os dois países, promover a divulgação e a afirmação da língua portuguesa no mundo e, enfim, reforçar os laços com um país que ia garantindo algum apoio à política colonial portuguesa⁵⁰.

Porém, e como de resto se dá conta num pequeno artigo de setembro de 1973, o Brasil já não era, nesta época, o destino de eleição dos portugueses⁵¹. França ocupou o primeiro lugar como país de chegada de uma emigração que, entre 1957 e 1974, levou para fora do país cerca de um milhão e meio de portugueses, a sua maioria de forma irregular⁵². Naturalmente, foi sobretudo sobre a população que se dirigiu para este e outros países europeus que, durante o período aqui estudado, o *DN* concentrou mais atenções.

No final dos anos 1950 e durante a década seguinte, quando a emigração atingiu números muito significativos⁵³, o país e o mundo encontravam-se num quadro político, económico e social diferente da fase anterior à II Guerra Mundial. Salazar passou a ter que saber gerir dois projetos económicos diferentes para o país: um constituído por aqueles que tradicionalmente defendiam uma política voltada para as colónias; outro que perspetivava nas relações com a Europa a melhor estratégia a seguir (acelerou-se, a partir de 1959, a aproximação de Portugal ao sistema económico e político mundial, através da adesão a vários organismos económicos internacionais)⁵⁴. Foi-se construindo e consolidando a ideia da necessidade de abertura da economia aos mercados, que acabou por levar ao rompimento com o sistema tradicional autárquico de substituição das importações e que visava o incremento do ritmo de crescimento do produto industrial, prioritário no panorama económico português, aberto à iniciativa privada e à exportação⁵⁵. Resultou deste quadro que a década de 60 foi um período de crescimento, embora assente ainda numa política de mão-de-obra barata, que, em comparação com a grande oferta de trabalho e com os salários competitivos praticados pelo patronato francês ou alemão (por exemplo), e estes somados às condições de miséria em que a generalidade das classes populares vivia, constituíram uma das principais aliciantes da emigração. Os dois fenómenos marcantes deste período, a emigração em massa e a guerra colonial, acabariam por condicionar muitas das medidas adotadas pelo regime. Neste sentido, Salazar levou a cabo uma política migratória pouco transparente que lhe permitiu

49 “Solnado de regresso: ‘Acabaram no Brasil os portugueses de bigodes e de tamancos’”. *DN*, 2.8.1973, p. 8.

50 SILVA, 1995: 5-50.

51 De acordo com o artigo publicado, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1972, dos 54 000 portugueses que emigraram legalmente, só 1158 terão ido para o Brasil, de onde regressaram 160. A maior parte emigrou para países europeus. Os Estados Unidos da América e o Canadá receberam mais portugueses do que o Brasil: F.P. – “Dos 54 mil portugueses que emigraram em 1972 só 1158 foram para o Brasil”. *DN*, 20.9.1973, p. 5.

52 BAGANHA, 2000: 213-231; BARRETO; PRETO, 2000: 89.

53 BAGANHA, 2003: 1-16.

54 MACEDO, 1992: 623-654.

55 ROLLO, 1994: 463-471.

ir lidando com os diferentes interesses e perspectivas económicas instalados, servindo-se de certa forma da fragilização em que a condição de clandestino colocava os que partiam⁵⁶ e adaptando-se a políticas de imigração favoráveis à mão-de-obra portuguesa, como foi a francesa⁵⁷. Face às “pressões” vindas sobretudo dos proprietários fundiários e industriais, sustentáculos sociais do regime, que iam perdendo o excedente de mão-de-obra que lhes garantia uma produção a baixos custos, a emigração acabou por se definir como um problema público prejudicial ao país a que o Estado deveria responder⁵⁸. A imprensa, controlada pela censura, à qual a grande massa populacional não tinha acesso, nem como interveniente nem como leitora, coube o papel de atribuir a todos o desagrado de alguns, publicando notícias que, por exemplo, sublinhavam os aspetos negativos da emigração clandestina.

Contudo, com Caetano e com os “agentes modernizadores” que o acompanhavam, clarificou-se a política de abertura à Europa e uma tendência liberalizante na emigração⁵⁹ reconhecendo-se, agora abertamente, entre os diversos inconvenientes, vários benefícios na saída de população⁶⁰. Na imprensa, essas mudanças traduzem-se sobretudo no enfoque que passa a dar-se à propaganda a medidas governamentais junto das populações rurais que ficam e das que estão fora do país.

Quando se chega a 1973, uma série de debilidades do sistema faz com que a fase de crescimento se comece a inverter e com que o país se encontre numa situação de inflação e de dependência face a fatores externos que o governo não tinha conseguido controlar. Entre os vários fatores, o arrastar da guerra colonial, o aumento dos salários e dos preços provocado pela emigração e pelo turismo coexistente com uma economia alimentada ainda por uma mão-de-obra não especializada e barata, contribuíram para se chegar à crise petrolífera de 1973 numa posição mais fragilizada⁶¹.

Com o embargo petrolífero de 1973, acentuaram-se os receios recorrentes⁶² de um retorno massivo dos emigrantes portugueses dos países europeus que haviam sido afetados e, subjacente a este, o medo de um estancamento no movimento de entrada de remessas.

Contudo, apesar de pulularem as notícias sobre a situação nos vários países europeus e de ser clara em alguns artigos a preocupação latente em relação às consequências que a crise acarretaria aos trabalhadores emigrantes – um artigo que noticiava uma reunião organizada pela União das Organizações dos Imigrantes da Suécia, em que participaram representantes homólogos de vários países europeus, intitulava-se “Os trabalhadores imigrantes serão as primeiras vítimas de uma crise económica provocada pelo petróleo”⁶³ –, não existe nenhum texto onde se exponham os riscos que correm os milhares de trabalhadores portugueses residentes sobretudo em França e na República Federal Alemã (RFA), principais países visados nestas notícias que tomaram medidas concretas para impedir a entrada de estrangeiros como forma de evitar o desemprego⁶⁴. As autoridades portuguesas pouco se pronunciaram neste jornal diretamente sobre o tema. Porém, note-se que essa preocupação não deixou de ser claramente apontada em artigos que informavam sobre a posição

56 SILVA, 2011; PEREIRA, 2012.

57 Sobre a política de imigração francesa, ver WEIL, 2004.

58 A este respeito ver PEREIRA: 2012, 30-94; Sobre a construção dos problemas públicos ver, por exemplo, BECKER: 1985.

59 O Decreto-Lei n.º 49 400, de 19 de Novembro de 1969, deixou de considerar a emigração clandestina como crime, passando a constituir contravenção punível com multa, à exceção dos indivíduos que se provasse estarem a sair do país para se subtrair à guerra colonial. Ver a este respeito: SILVA, 2011: 93-98. Noticiado em “Alterado o regime de concessão de passaportes de emigrantes” (*DN*, 6.2.1974, p. 5) as facilidades que foram atribuídas na concessão de passaporte de emigrante em plena crise petrolífera.

60 PEREIRA, 2012: 76-84.

61 ROLLO, 1994: 471; MUÑOZ, 1997.

62 PEREIRA refere outros momentos de desaceleração da economia em que foram evidentes as preocupações das autoridades portuguesas para com a diminuição das transferências monetárias (PEREIRA, 2012: 81).

63 R. – “Os trabalhadores imigrantes serão as primeiras vítimas de uma crise económica provocada pelo petróleo”. *DN*, 4.12.1973, p. 9.

64 França só optou pela suspensão da imigração de trabalhadores estrangeiros e suas famílias a 3 de julho de 1974 (SPIRE, 2005: 247).

do presidente do Conselho em relação aos proprietários portugueses residentes no Zaire que Mobutu decidiu expropriar e expulsar desse território no âmbito de uma política de “libertação económica do país” em relação a estrangeiros⁶⁵.

Verifica-se então que o jornal não deixa de dar destaque, e em primeira página, à crise petrolífera e às suas consequências. No entanto, a postura é de apoio às medidas adotadas pelo governo de racionamento dos combustíveis, no sentido de as justificar e de as apontar como sensatas em oposição a atitudes mais drásticas tomadas noutros países⁶⁶.

Foi já em janeiro de 1974, num artigo de Rui de Almeida Mendes, que a questão se colocou de forma evidente: “Sabida a importância das remessas dos emigrantes portugueses para o equilíbrio da balança de pagamentos portuguesa e que em França trabalham mais de 700 000 portugueses, quais as consequências da flutuação do franco?”⁶⁷ A resposta foi clara e sucinta. Prevvia-se uma redução de remessas, o que era negativo. No entanto, como o que se pretendeu com a flutuação do franco foi, segundo o articulista, evitar o desemprego, que atingiria em primeiro lugar os imigrantes, o balanço acabava por ser positivo, já que “permitirá evitar as consequências sociais de um regresso desordenado e em massa dos emigrantes radicados em França”. Convém contudo salientar que o autor deste artigo inscreve-se na corrente de pensamento modernizadora e progressista que encontrava um lugar na rubrica suplementar de economia do *DN*, ao lado de outros especialistas como por exemplo Alberto Xavier (trata-se de artigos que usam uma linguagem técnica destinada a chegar a um público com conhecimentos neste tipo de questões). A visão do país deste cronista estava claramente voltada para a integração na Europa, na qual viria a ter um papel ativo depois do 25 de Abril⁶⁸.

De acordo com Victor Pereira, Rui de Almeida Mendes inscreve-se ainda na corrente modernizadora do regime que tinha uma conceção do emigrante enquanto agente criador de riqueza que tinha como função contribuir para a prosperidade do país de origem⁶⁹. Neste sentido, o regresso em massa dos emigrantes ao país não era apenas temido pelas consequências sociais que daí pudessem advir, era-o, também, pela redução do valor produzido no estrangeiro e enviado para o país. Nesta sequência, o emigrante que regressava devia também representar para o país um “positivo valor económico”⁷⁰, e os agentes económicos deveriam estar preparados para tirar o melhor proveito do seu valor. Foi nesse mesmo sentido que, por exemplo, se apelou ao regresso de uma mão-de-obra especializada – e portanto mais produtiva – num anúncio com oferta de trabalho especificamente para emigrantes da Lisnave e da Setenave. Os estaleiros procuravam mão-de-obra com formação e ofereciam uma série de facilidades para que os emigrantes em visita ao país durante o Natal pudessem repensar o seu retorno e uma colocação naquelas empresas⁷¹.

Temendo que a crise de energia pudesse afugentar a entrada de divisas provenientes de emigrantes em férias e restantes turistas e pôr em causa todo o investimento feito no setor do turismo, promulgou-se um decreto que garantia o abastecimento de gasolina aos veículos com matrícula estrangeira e ao serviço de

65 R. - “Mobutu proíbe a portugueses e paquistaneses de residirem em certas áreas da República do Zaire”. *DN*, 3.12.1973, p. 6; “A crise do petróleo assunto nuclear de ‘Conversa em família’”. *DN*, 4.12.1973, p. 1 e 7; “Garantida a assistência a portugueses residentes no Zaire e em Marrocos, que regressem a território nacional”. *DN*, 7.3.1974, p. 1.

66 Sobre esta questão ver também CABRERA, 2006: 198-199; 260.

67 MENDES, Rui de Almeida – “A flutuação do franco”. *DN*, 29.1.1974, p.15-16.

68 Rui de Almeida Mendes foi membro do PSD e secretário de Estado da Integração Europeia no VI Governo Constitucional liderado por Sá Carneiro (3.1.1980 a 9.1.1981), tendo desempenhado funções de vice-presidência do Grupo Parlamentar Liberal Democrático e Reformista (1.1.1986 a 5.4.1987) e na Comissão dos Assuntos Políticos (23.4.1986 a 13.9.1987) (Disponível em: <<http://www.eurohspt.eu/>>).

69 PEREIRA, 2012: 66.

70 Expressão proferida no IV Convénio da Utílmovel (empresa de equipamento para hotelaria), pelo sócio gerente António Fernandes, que antevia a possibilidade de regresso de muitos portugueses por causa da crise energética. Afirmava: “Eles representarão um positivo valor económico se os soubermos empregar com competência e retribuir com lealdade” (“Empregar com competência e retribuir com lealdade”. *DN*, 20.1.1974, p. 8)

71 Anúncio publicitário da Lisnave e Setenave. *DN*, 22.12.1973, p. 21.

turistas, incluindo os emigrantes⁷², colocando-os assim em situação privilegiada em relação aos restantes consumidores a quem tinham sido colocadas várias restrições⁷³.

Ainda antes que a crise energética começasse a ser sentida de forma mais concreta no país, e no contexto das eleições para a Assembleia Nacional, Marcelo Caetano deu uma entrevista a João Coito⁷⁴, o chefe de redação do *DN*⁷⁵. A entrevista é claramente favorável a Marcelo Caetano. João Coito exaltava no preâmbulo da entrevista as qualidades políticas e pessoais do chefe do Governo, que dizia ter feito uma leitura clara, serena, objetiva, simples, sem subterfúgios e desapaixonada da realidade. A admiração de João Coito – pelo menos enquanto representante do *DN* – e a publicidade à personalidade de Caetano transparecem não só nessas palavras iniciais, mas também através das cinco fotografias que acompanham as duas páginas do jornal de clara propaganda⁷⁶.

Em três pontos se resumem as ideias que o presidente do Conselho tinha acerca da emigração:

a) A necessidade de facilitar o processo de emigração, rompendo com as restrições impostas por Salazar, não como forma de a incentivar (de que era acusado pela oposição à direita) mas com o objetivo de colocar um fim à emigração clandestina. Esta, além de assumir um “aspecto de fuga” e assim desprestigiar o País, era danosa para os emigrantes. Caetano recusava publicamente a ideia de que os portugueses pudessem estar descontentes com o regime e, por isso, negava o caráter político da emigração massiva (argumento da oposição à esquerda), que colocava em causa a legitimidade do regime no cenário internacional⁷⁷. Este seria antes um fenómeno generalizado, nos anos 60, aos países do Sul da Europa, independentemente do regime político de cada um.

b) Com efeito, a clandestinidade era vista como um ato irresponsável e aventureiro do emigrante. Nos artigos publicados, que partilhavam a mesma ótica, verifica-se que não havia o esforço de tentar perceber os motivos que levavam o indivíduo a fazer essa escolha. As notícias que relatam as peripécias de migrações falhadas e um tanto dramáticas, adotam antes um tom moralista apresentando cada um dos casos como exemplos do que não deve ser feito e do que deve ser punido.

c) Rejeitando o caráter político da emigração, Caetano também não assumia que muitas das pessoas saíam do país por refutarem a guerra colonial. Dando continuidade a uma imagem difundida também durante o salazarismo – em que o emigrante era apresentado como alguém ingénuo, desprovido de capacidade de escolha e de tomada de decisões, e, por isso, alvo fácil de redes organizadas de engajadores e passadores sem escrúpulos –, declarava que, subjacente ao “número ínfimo” de desertores e refratários, estava toda uma rede preparada para esse objetivo com sedes fora de Portugal. Assim, a fuga à tropa era coisa de “alguns cobardes ou pequenos, a quem metem medo com o serviço militar e a ida para a África”, que acabavam ostracizados nos meios para onde emigravam por “gente de bem” pela sua “cobardia e a nostalgia da Pátria traída”. Para Caetano, emigrava-se para ganhar dinheiro, mas não pelo facto dos salários portugueses serem pouco competitivos. Não os considerava assim tendo em conta os diferentes custos de vida. Indiretamente, acabava

72 “Está garantido o abastecimento de gasolina aos veículos utilizados por turistas e emigrantes em férias”. *DN*, 1.3.1974, p. 1 e 5.

73 VEIGA, 1999: 50-57.

74 João Coito entra para o *Diário de Notícias* em 1953 e sai em 1974. Em 1960, ocupou o lugar de chefe de redação adjunto e, em 1964, passa a chefe de redação (CABREIRA, 2006: 273).

75 Entrevista a Marcelo Caetano concedida ao jornalista João Coito (COITO, João – “As três metas do próximo futuro”. *DN*, 25.10.1973, p. 1 e 7).

76 As fotos são da autoria de Alberto Santos. Na primeira, Caetano aparece acompanhado de João Coito que ouve o primeiro atentamente, na privacidade da sua residência. Na segunda, Caetano mostra-se rodeado de trabalhadores que o abraçam, cuja legenda é: “De trabalhador para trabalhador: os motoristas deram largas à sua alegria e reconhecimento”. Nas restantes três, o chefe do Governo é fotografado com uma atitude sorridente e com as mãos colocadas de formas expressivas como que na postura superior de um mestre.

77 Victor Pereira afirma que, ao emigrarem, os portugueses recusavam, além da falta de perspectivas de melhorias económicas e da submissão às elites locais, o ideal imperial do regime, afirmando que a emigração, dado o seu caráter ilegal, constituía um ato de desobediência (PEREIRA, 2007: 219-240).

por apontar as deficiências da estrutura socioeconómica que não conseguia ser suficientemente atrativa para fixar os portugueses no seu país. Argumentava, então, que se preferia trabalhar em más condições longe da sua terra, não deixando no entanto de entrar no lugar-comum de que o português trabalha e poupa pouco em Portugal:

Se os operários trabalhassem aqui tanto como trabalham lá e poupassem, à custa de privações, o que poupam nas terras para onde emigram, eram capazes de, já agora, apurar quase tanto como juntam no estrangeiro. Mas na própria terra os Portugueses não se sujeitam a trabalhar tanto e a passar tão mal...⁷⁸

Para Marcelo Caetano, rodeado de agentes com uma perspetiva modernizadora do país e do pensamento do catolicismo social, a fixação dos portugueses no seu país de origem passava por uma redução das desigualdades sociais, que só deste modo permitiria o efetivo desenvolvimento económico do país. Em janeiro de 1974, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, numa visita a Paris, dava como consolidada a melhoria das condições de vida e o progresso da economia portuguesa, que considerava os verdadeiros motivos para a diminuição da emigração em 1972 e 1973, recusando o argumento da recessão da economia europeia⁷⁹. No dia seguinte, um outro artigo colocava a ênfase no aumento dos salários em Portugal⁸⁰.

Foi aliás nesta lógica que, segundo Victor Pereira, se enquadrou a extensão da previdência social aos trabalhadores rurais, no sentido de evitar um sentimento de “insegurança social” quando as populações rurais comparavam a sua situação com a de emigrantes que voltavam à aldeia, os quais usufruíam de direitos sociais estabelecidos através das convenções de segurança social que foram sendo assinadas com diversos países onde tinha presença a emigração portuguesa⁸¹.

Era importante criar melhores condições de vida aos que ficavam, mas também aos que partiam. Consequentemente, muitas das notícias que encontrámos no *DN* dizendo respeito à emigração estão relacionadas com a divulgação da ação governativa na criação de melhores condições de vida aos portugueses emigrados. A ligação com a *Pátria* continuaria a ser um tema recorrente quando se falava de emigração. Era indispensável que o laço com o país de origem não se quebrasse e, ao mesmo tempo, que o emigrante pudesse estar preparado para se integrar no mercado de trabalho do país que o recebia. Multiplicavam-se, por isso, as visitas diplomáticas (com especial ênfase para as relações luso-francesas, onde a conclusão a que se chegava no final dos encontros entre ministros homólogos era a de que os portugueses eram muito bem acolhidos e estavam plenamente integrados) e as atividades desenvolvidas com as “comunidades” migrantes. A título de exemplo, noticiava-se o alargamento das redes bancárias, a assinatura de convenções de segurança social, o estabelecimento de acordos de transportes rodoviários, a simplificação e maior comodidade do SudExpress, a criação de associações de emigrantes ou de órgãos de imprensa, o reforço do sistema de ensino em português nos vários níveis e, sobretudo, do ensino e divulgação da língua portuguesa. Anunciava-se, ainda, a oferta de bolsas de estudo a emigrantes ou filhos de portugueses que quisessem concluir os seus estudos em Portugal, a promoção de visitas à metrópole e às colónias a filhos de emigrantes e a melhoria das estruturas do Serviço Nacional de Emigração, dos seus serviços e da preparação dos seus funcionários.

Os portugueses espalhavam-se cada vez mais pelo mundo e era necessário mantê-los ligados ao solo nacional por motivos políticos e económicos. Assim, embora não estando em território português ou “irmão”

78 Entrevista a Marcelo Caetano de COITO, João – “As três metas do próximo futuro”. *DN*, 25.10.1973, p. 1 e 7.

79 U.P.I.; A.N.I.; F.P. – “Regressou de Paris o Ministro dos Negócios Estrangeiros”. *DN*, 10.1.1974, p. 1 e 7.

80 A.N.I. – “A visita de Rui Patrício a Paris”. *DN*, 11.1.1974, p. 1.

81 PEREIRA, 2009: 471-510.

– como era considerado o Brasil –, através dos emigrantes, procuravam construir-se novas definições de nacionalidade⁸², num momento em que a nação dava sinais claros de desmembramento.

3. A crise atual, “num país onde os velhos fantasmas do desemprego e da emigração ressurgiram”⁸³

O 25 de Abril constitui uma rutura no mundo jornalístico, abrindo profundas mudanças na profissionalização dos jornalistas – é finalmente criado o curso de Comunicação Social nas universidades portuguesas – e nas práticas jornalísticas, com maior permeabilidade às correntes internacionais⁸⁴. Verifica-se também, a partir dos anos 80, a formação progressiva de grandes grupos multimidiáticos, nos quais convergem os sectores das telecomunicações e da informática que vão alterar a forma de noticiar, os critérios de noticiabilidade e a forma de tratamento dos acontecimentos. O caso do *DN* não foge à regra. No âmbito das políticas de privatizações do governo de Cavaco Silva⁸⁵, o *DN* foi integrado no grupo Lusomundo do coronel Luís Silva em 1991, que em 2005 foi absorvido pelo grupo Controlinveste.

Em democracia, não se tem deixado de levantar a questão da função do jornalista atual perante o poder, ou seja, se o primeiro serve de contraponto ou de vigilância ao segundo. Além desta questão (e sem deixar de estar relacionada com ela), muitas são as exigências e condicionantes com que o jornalismo atual se depara. Segundo Jorge Paulo Sousa e parafraseando os autores Galtung e Ruge, os critérios de noticiabilidade de um acontecimento respondem hoje a vários

fatores como a oportunidade, a proximidade, a atualidade, o provável interesse do público, a importância, o impacto, as consequências e repercussões, o interesse, o conflito ou a controvérsia, a negatividade, a frequência, a dramatização, a crise, o desvio, o sensacionalismo, a emoção, a proeminência das pessoas envolvidas, a novidade, a excentricidade e a singularidade (no sentido do pouco usual)⁸⁶.

Além destes critérios, os jornalistas são condicionados por fatores de ordem pessoal, social organizacional (conforme a posição da organização noticiosa ou de acordo com a sua relação com os media), ideológica (quando é dado destaque a determinadas figuras políticas e económicas) e cultural (moldados pela profissão, pela empresa a que pertencem e pelo meio)⁸⁷. Os fatores tempo e rotatividade são também importantes no tratamento das fontes, sendo que a qualidade das mesmas se avalia, segundo Jorge Pedro Sousa, pela sua “representatividade”, “credibilidade” e “autoridade”⁸⁸. Se, por um lado, o fator tempo obriga o jornalista a uma criação rápida da notícia, impedindo por vezes o seu desenvolvimento e confronto com outras fontes, por outro lado as rotinas jornalísticas, estreitamente relacionadas com a falta de tempo, levam os jornalistas a recorrer a informações constantes e consideradas seguras porque obtidas pelos canais convencionais, nomeadamente governamentais, o que não deixa de pôr em causa a autonomia dos redatores face às entidades divulgadoras das fontes.

Neste sentido, os jornalistas devem corresponder a uma série de exigências, que passam pela satisfação do público, a rentabilidade do jornal, o respeito das regras editoriais e o rigor na realização do trabalho jornalístico.

82 Marcos Cardão refere o alargamento do concurso Miss Portugal às populações emigrantes, que também aparece noticiado no *DN* (CARDÃO, 2013: 546-548).

83 Citado em artigo relativo às eleições e à situação económica da Irlanda: TECEDEIRO, Helena – “Irlanda vota em ‘Dia de Vingança’”. *DN*, 26.2.2011, p. 34.

84 SOUSA, 2005:15-27; SOUSA; MELO: 2008; CORREIA, 1998.

85 COSTA; FAZENDA; HONÓRIO *et al*, 2011: 272;

86 SOUSA, 2005: 32.

87 SOUSA, 2006:135-161.

88 SOUSA, 2005: 55.

Classificado por Jorge Pedro Sousa como jornal com estilo “clássico” de enunciação, com preocupação de rigor, de trabalho interpretativo e de separação do informativo e da opinião, a análise dos artigos publicados pelo *DN* sobre emigração, confirma o uso de fontes de origens diversas: dados estatísticos oficiais, informações recolhidas junto de informadores com perfil político e social variado (elite política; cientistas e professores universitários; cidadãos emigrantes), agências noticiosas (Agência Lusa), e bibliografia especializada. Todavia, a amostra aqui analisada confirma a predominância de textos descritivos e analíticos, onde se verifica a preponderância do uso de uma só fonte em cada artigo, o que talvez possa impedir a construção de um texto consistente e multifacetado; o segundo lugar é ocupado por textos que noticiam um acontecimento factual (onde predomina também a citação de uma única fonte) e por artigos de opinião. Para a construção dos textos analíticos, e dada a diversidade dos temas que a questão emigratória abrange⁸⁹, são requeridos jornalistas especializados. Licenciados depois do 25 de Abril, a maioria dos artigos citados são assinados por jornalistas formados em Ciência Política, Relações Internacionais, Psicologia e/ou Comunicação Social, e noticiam sobretudo acontecimentos de política nacional (Hugo Filho Coelho), artes (Alexandre Elias), religião (Patrícia Jesus), saúde (Diana Mendes), economia (Paula Cordeiro), questões internacionais (Patrícia Viegas) ou educação (Pedro Sousa Tavares), onde a emigração aparece como tema secundário ou decorrente do principal assunto. A repórter Céu Neves⁹⁰, especializada no tema das migrações, assina pelo menos dois importantes artigos em que esta temática é central e surge de forma mais aprofundada e problematizada. De realçar, durante este período, a reportagem desta jornalista, em parceria com Filomena Naves, publicada a 28 novembro de 2010, à qual o *DN* deu grande destaque (publicado nas páginas 2 e 3 na rubrica “Atual”). O texto questiona e procura identificar o novo comportamento emigratório a partir do confronto de várias fontes (estatísticas e declarações de instituições oficiais, informadores especializados e os próprios emigrantes), evidencia as características da emigração atual, as suas particularidades e insere-a – o que é feito pela primeira vez no *DN* – na história da emigração do século XX.

Podemos afirmar que o percurso de Céu Neves no que respeita às suas áreas de investigação que aqui detetámos (da imigração para a emigração) é ilustrativo do que se verifica na sociedade atual. O “país”, que se viu durante cerca de 30 anos como tendo condições suficientemente atrativas para se “autodenominar” um “país de imigração”, vê-se novamente como distribuidor de mão-de-obra. Ou, como melhor anteviu Boaventura de Sousa Santos, o discurso da “imaginação do centro”⁹¹, que as elites políticas veicularam desde a adesão de Portugal à União Europeia (UE), perde agora claramente credibilidade, no sentido em que a “fuga” populacional associada às dificuldades do país recolocam-no numa posição de semiperiferia em relação aos países mais desenvolvidos da UE. Este discurso, que foi persistindo até há pouco tempo, levou à difusão da ideia de que Portugal passara a ser um país recetor de gente, que lidava com as preocupações típicas que a imigração acarreta a um país desenvolvido. Esta ideia, que resultou numa certa omissão da emigração, foi reproduzida mediaticamente e a partir das instâncias do poder político, mas a produção científica também contribuiu para lhe dar ênfase⁹². Grande parte dos estudos que se produziram nas últimas décadas, e que foram financiados pelo Estado, teve como objeto a imigração e temas intrínsecos (etnicidade, racismo, etc.)⁹³.

89 Os artigos encontram-se principalmente na rubrica “DN País: Sociedade_Segurança_Cidades”, depois nas rubricas “DN Globo”, “DN Política”, “Atual”.

90 Céu Neves é repórter do *DN*, onde em 2007 ganhou um prémio da Unesco de “Jornalismo, Direitos Humanos, Tolerância e Luta contra a Discriminação na Comunicação Social”, na categoria de imprensa escrita, pela reportagem “Vida de Emigrante”. Em 2011, foi premiada pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), com o “Prémio Jornalismo pela Diversidade Cultural”.

91 SANTOS, 1993: 49-53.

92 Sobre a ligação e relação de dependência entre os três tipos de discurso na questão da imigração, ver DIAS; DIAS, 2012: 8.

93 PEIXOTO, 2012: 2; DIAS; DIAS, 2012: 9-10.

De facto, o número de imigrantes aumentou na década de 1990, embora a sua presença fosse anterior e muito relacionada com a entrada de populações oriundas das antigas colónias e posteriormente do Brasil e da Europa de Leste. O estabelecimento de um número significativo de pessoas, essencialmente no perímetro urbano de Lisboa, levou a questão ao debate político e à criação, em 1996, de um órgão institucional dirigido exclusivamente para refletir e agir sobre este assunto, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (atual ACIDI). Porém, se a entrada no espaço Schengen contribuiu para a conceptualização do país enquanto recetor de imigração⁹⁴, por outro lado deu também maior fluidez à emigração. Este e outros fatores fizeram com que as saídas do país se mantivessem nos anos 1980 e 90, agora no quadro de um espaço de livre circulação⁹⁵. João Peixoto refere que, entre finais dos anos 1980 e início da década seguinte, havia mais gente a sair do que aquela que entrava em Portugal⁹⁶. Deste modo, o mesmo sociólogo concluiu em 2004 a existência de “razões estruturais que levam a que Portugal seja, simultaneamente, um país de emigração e um país de imigração”⁹⁷.

Foi aquele discurso que permitiu ofuscar os emigrantes que saíram de Portugal desde sensivelmente os anos 1980 até muito recentemente e apresentar, como veremos no caso do *DN*, a emigração atual como a correspondente a uma “terceira vaga”. No final da primeira década de 2000, o número de saídas aumentou extraordinariamente, chamando hoje para si novamente a atenção de meios de comunicação social, de investigadores sociais e da elite política⁹⁸.

Debrucemo-nos então agora sobre as principais ideias que a leitura feita a alguns meses do *DN* nos sugeriu.

Embora a 19 de março de 2010 tivesse sido publicada em *Diário da República* uma Resolução da Assembleia da República, onde se recomendava ao governo a “elaboração de um estudo quantitativo e qualificativo da nova diáspora portuguesa, com intenção de fazer desta diáspora uma verdadeira linha avançada da nossa diplomacia um pouco por todo o mundo”⁹⁹, na imprensa analisada, a crise atual foi sendo assimilada às questões emigratórias de forma progressiva. Constata-se que foi sobretudo a partir de outubro desse ano, dois anos após o desencadear da crise, que se questionou o lugar da emigração portuguesa neste contexto. Tinha-se conhecimento da crise, sentia-se a crise, mas os seus efeitos na população e consequente emigração só viriam a ser vividos de forma mais penosa e a despertar maior atenção da imprensa um pouco mais tarde. A emigração manteve-se um tema secundário, sendo abordadas principalmente questões de integração noutros países e o relacionamento dos emigrantes com Portugal.

Na senda da retórica da diáspora lusitana e do *modo português de estar no mundo*¹⁰⁰ veiculada desde a Monarquia e ainda mantida pelos poderes atuais¹⁰¹, a comunicação social portuguesa deu alguma visibilidade pública aos emigrantes sobretudo a partir dos anos 2000¹⁰². Tal como se verifica no *DN*, identifica-se um discurso que evidencia uma comunidade una, caracterizada pelos seus sucessos no processo de integração e pelo seu heroísmo – tal como os seus antepassados colonos – face às dificuldades que enfrenta (violência, educação,

94 DIAS, 2012: 32-33.

95 Embora os emigrantes se tenham dirigido também para espaços exteriores à União Europeia e a Schengen, como a Suíça, que só em 2008 integrou este acordo e que nunca se considerou um país de imigração (MARQUES, 2008: 115).

96 PEIXOTO, 2012: 3.

97 Segundo Peixoto, as razões assentam no tipo de crescimento económico existente, no ritmo de reestruturação económica, na dualidade dos mercados de trabalho e no tipo de regulação dos sectores (PEIXOTO, 2004: 16).

98 Em 2009, Miriam Halpern Pereira e Fernando Luís Machado chamavam também a atenção para a discrepância na produção científica e no discurso político e mediático entre imigração e emigração. Fazem-no na apresentação de um número da revista *Ler História* que tem artigos sobre os dois temas (PEREIRA; MACHADO, 2009: 9-11).

99 Resolução da Assembleia da República n.º 32/2010, de 19 de março (*Diário da República*. 1.ª Série, n.º 71, 13.4.2010).

100 CASTELO, 1999.

101 Sobre a RTP1, órgão público de comunicação social portuguesa, e o lugar dedicado aos emigrantes, ver CUNHA, 2009.

102 CUNHA, 2009: 216.

xenofobia, situação de crise), pelo seu apego às raízes portuguesas e, por vezes, pelo dinamismo coletivo produzido para a manutenção da sua identidade lusa. Por outro lado, confirma-se a reprodução do discurso oficial procurando realçar a intencionalidade estatal na valorização de uma projeção internacional de Portugal.

Relembrados sobretudo no mês de agosto, em período de férias, o *DN* procurou colocar em evidência situações de sucesso de emigrantes na sociedade de acolhimento, onde se destaca o caso de um luso-descendente nomeado embaixador francês em Portugal¹⁰³. Esse caso é, portanto, um sinal de ascensão social e profissional, assim como de integração positiva em França. O jornalista Hugo Filipe Coelho valorizou o percurso académico e profissional deste luso-descendente de terceira geração, originário de uma emigração “económica” realizada no final dos anos 1920. Subjacente à publicitação deste exemplo, reforçado por outros¹⁰⁴, está, não só, a tentativa de valorizar o percurso do indivíduo, mas também de demonstrar a “superioridade portuguesa” na sua capacidade de bem se integrar, em oposição a outras “comunidades”, nomeadamente árabes, num momento de pleno debate público sobre movimentos xenófobos¹⁰⁵.

Sobre o tema da xenofobia, as atitudes racistas de um luxemburguês fundador do, à época já extinto, movimento nacionalista *National Bewegung*, mereceram um artigo a 15 de janeiro de 2011, que chama a atenção para um certo desinteresse das autoridades portuguesas competentes (Câmara de Comércio e Indústria Luso-Luxemburguesa e Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas) em relação ao assunto. O texto, uma vez mais, é da autoria de Céu Neves, que, dada a sua experiência junto de imigrantes em Portugal, demonstra uma maior sensibilidade nas questões que tocam diretamente estas “comunidades”. De acordo com o exposto, as entidades portuguesas limitaram-se a ridicularizar o fundador do movimento e a desvalorizar a situação, uma vez que, de qualquer das formas “a comunidade portuguesa está muito bem vista”¹⁰⁶. Só o presidente da Confederação da Comunidade Portuguesa no Luxemburgo se mostrava preocupado com eventuais conflitos ou com as consequências de uma situação de desemprego de longa duração que afeta cada vez mais portugueses naquele país. Uma discriminação crescente, alimentada pela crise mundial, poderia, portanto, vir a prejudicar os portugueses e, eventualmente, o seu estatuto entre os imigrantes.

A criação de museus e a edificação de monumentos dedicados aos emigrantes também constituíram momentos oportunos para lembrar a história da emigração portuguesa e o contributo desta para elevar o prestígio português no mundo, dado o seu papel histórico no desenvolvimento económico e comercial dos países de destino. A abertura do Museu da Baleação de New Bedford¹⁰⁷ é um exemplo de rememoração e de construção da memória da emigração portuguesa nos EUA, que reflete a importância dos portugueses no desenvolvimento da atividade da pesca da baleia.

Destaca-se ainda uma informação relativamente à visita oficial do grão-duque do Luxemburgo a Portugal. De acordo com as palavras transcritas de Cavaco Silva, procurou-se valorizar a importância numérica e o contributo económico da comunidade portuguesa naquele país, fazendo notar que para a boa integração dos emigrantes era desejável que fosse incluído o ensino da língua portuguesa nos programas escolares oficiais luxemburgueses¹⁰⁸. Embora não pareça ser a sua principal preocupação, através da reivindicação do ensino da língua e do incentivo a uma melhor integração dos portugueses na sociedade de acolhimento, entendemos que o presidente da República pretendia reforçar as amarras que unem os emigrantes e as gerações seguintes a Portugal, e cultivar e divulgar uma imagem positiva do país e dos portugueses no mundo.

103 COELHO, Hugo Filipe – “Novo Embaixador francês em Lisboa é um lusodescendente”. *DN*, 6.8.2010, p. 9.

104 “Trolhas e porteiras são hoje o exemplo”. *DN*, 6.8.2010, p. 9.

105 “Trolhas e porteiras são hoje o exemplo”. *DN*, 6.8.2010, p. 9.

106 Citação proferida, segundo a articulista, por Francisco Silva, membro da direção da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Luxemburguesa (NEVES, Céu – “Emigrantes no Luxemburgo alvos de ‘carta’ xenófoba”. *DN*, 15.1.2011, p. 23).

107 FERNANDES, Ferreira – “Se isto não é para ser anunciado...”. *DN*, 7.9.2010, p. 57.

108 “Cavaco recebeu o grão-duque do Luxemburgo com elogios”. *DN*, 8.9.2010, p. 10.

A retórica do sentimento de apego a Portugal verificou-se também nas notícias que relataram o comportamento futebolístico dos emigrantes no estrangeiro¹⁰⁹. Neste tipo de artigos, que demonstram uma comunhão entre discurso político e mediático, foca-se o sentimento patriótico e a saudade. A referência à crítica feita pelos emigrantes sobre a insuficiência de estruturas associativas que permitam recriar práticas culturais e recreativas portuguesas vem confirmar a importância que se dá à manutenção dos laços com Portugal¹¹⁰.

Em suma, a questão da integração das comunidades portuguesas no estrangeiro e da ligação do emigrante ao país de origem constituem, como temos vindo a observar, pontos centrais quando se aborda a emigração, apoiando-se no discurso da especificidade e da superioridade da identidade nacional.

A partir de agosto de 2010, verifica-se alguma mudança nas questões abordadas. As preocupações tornaram-se diferentes à medida que os efeitos da crise foram endurecendo. Neste mês, o jornal diário mostrou as inquietações que a crise provocava nos emigrantes. Alguns dos entrevistados, que viviam e trabalhavam há mais de 10 anos no Reino Unido, receavam agora entrar num estatuto de precariedade profissional. Ainda assim, a confiança mantinha-se, dadas as oportunidades de emprego que o país oferecia, nunca se pondo a hipótese de regresso a Portugal como alternativa à situação de precariedade ou de desemprego no estrangeiro¹¹¹.

A 28 de novembro de 2010, e tal como foi referido no início deste capítulo, o *DN* interessou-se mais de perto pela questão emigratória¹¹², procurando evidenciar as tendências gerais e as suas características, sem omitir uma referência à história da emigração portuguesa e aos ciclos de fortes saídas dos anos 1910 e 1920, quando o Brasil constituía o destino privilegiado dos indivíduos, e dos anos 1960 e 1970, com França como principal país de receção. A emigração atual entrava na história da emigração portuguesa como a terceira vaga, ou a segunda maior de sempre (a seguir aos anos 1960), face ao volume das saídas que se vinha acentuando¹¹³. O perfil académico e profissional dos novos emigrantes, principalmente jovens licenciados, que constituem o traço distintivo desta nova fase de grande emigração¹¹⁴ geraram um intenso debate, colocando em segundo lugar a emigração de não licenciados¹¹⁵, a qual sempre se efetuou¹¹⁶. Entre outros problemas, esta singularidade acabou por exacerbar os problemas socioeconómicos estruturais do país¹¹⁷, assim como os problemas ligados ao ensino que dificultam, na atualidade, a absorção da mão-de-obra qualificada.

Questionam-se então neste artigo as vantagens e os inconvenientes que esta emigração traz a Portugal a nível económico e financeiro, sem no entanto se tomar ainda uma postura clara, e procura-se identificar os comportamentos migratórios e averiguar o carácter temporário (ou não) desta nova vaga. Esta é uma preocupação presente no seio do Governo e da Assembleia Nacional nos finais da década de 1950 e anos 1960, quando a emigração se apresentava como um problema público e, nesta sequência se procurava avaliar o impacto da saída de trabalhadores indiferenciados e pouco qualificados¹¹⁸. Por sua vez, a imprensa

109 "Emigrantes têm momento raro para rir e falar português". *DN*, 29.7.2010.

110 MELO; SILVA, 2009: 31-69.

111 NAVES, Luís – "Cortes do Governo britânico podem atingir portugueses". *DN*, 22.10.2010, p. 27.

112 NEVES, Céu; NAVES, Filomena – "Emigraram 700 mil portugueses na última década". *DN*, 28.11.2010, p. 2-3.

113 De acordo com os dados apresentados emigraram cerca de 200 000 portugueses nos anos 2007-2008.

114 É também um traço distintivo da emigração atual o maior número de mulheres migrantes. Ver o artigo "Mais emigrantes para Espanha". *DN*, 21.2.2011, p. 16.

115 MONTEIRO; QUEIRÓS, 2009.

116 Uma exceção mais significativa que encontramos nestes 12 meses é a intervenção da cabeça de lista do Bloco de Esquerda pela Europa, Cristina Semblano, que sublinhou as condições precárias dos imigrantes portugueses. A candidata às eleições legislativas afirmava que a maioria dos jovens que saía para países da Europa o fazia para trabalhar na construção civil, dizendo-se preocupada com as condições precárias da habitação comparáveis às situações dos bairros de lata dos anos 1960 ("BE diz que crise evoca anos 60". *DN*, 27.5.2011, p. 7).

117 Sobre a relação entre problemas socioeconómicos estruturais e emigração em vários ciclos migratórios, ver GODINHO, 2009.

118 MURTEIRA, 1965. Existem vários estudos nacionais e internacionais sobre as causas e os impactos da emigração. Ver, por exemplo, BAGANHA, 1994.

atual procura avaliar as perdas na partida massiva dos jovens licenciados, caso a crise transforme as saídas temporárias, que marcaram os anos 1990 e 2000, em permanente¹¹⁹.

Em 2011, pode dizer-se que tudo o que se afirmou e publicou esteve enquadrado num contexto político muito instável e num ambiente de tensão e expectativa ainda mais denso que viria a culminar com a eleição do novo executivo liderado por Pedro Passos Coelho, em junho. Relembramos que entre 9 e 21 de janeiro decorreu a campanha eleitoral oficial para a presidência da República, que recolocou Cavaco Silva em Belém e azedou progressivamente as relações com o Executivo socialista de José Sócrates; o recorrente falhanço dos pacotes de austeridade e o chumbo do PEC IV na Assembleia da República que levaria ao pedido de demissão do primeiro-ministro e à realização de eleições antecipadas; as diligências efetuadas no sentido de evitar o recurso à ajuda externa e a assinatura do Memorando de Entendimento com a Troika, gerando um clima de incerteza e descontentamento social com repercussão nas ruas; e um cenário internacional caracterizado por situações de instabilidade política e dependência financeira próximas das que Portugal vivia (como a Grécia e a Irlanda).

Perante este quadro, os temas crise, desemprego e emigração tornaram-se quase inseparáveis.

O discurso predominante no *DN*, reforçado com citações de técnicos, economistas e especialistas em finanças, incide sobre a preocupação na resolução dos problemas financeiros do país, e nomeadamente na da dívida pública, que, segundo os mesmos, decorreriam da má gestão das contas públicas. Apresentaram-se cálculos que denunciaram as fragilidades económica, financeira e demográfica portuguesas, das quais derivavam os inevitáveis movimentos migratórios recentes. Por exemplo, e ainda antes das eleições presidenciais, o *DN* promoveu um debate que reuniu especialistas das áreas da Economia e das Finanças (Miguel Cadilhe, Álvaro Santos Pereira, Miguel Lebre Freitas e Carlos Moreno) onde se salientaram estes e outros aspetos. Ressaltaram deste debate críticas ao que se considerou ser o despesismo do Estado, à falta de transparência nas contas públicas, ao aumento da carga fiscal, às parcerias público-privadas e ao chamado excesso de “gorduras” do Estado¹²⁰. As soluções apresentadas para travar a dívida passavam por cortar nas despesas com pessoal, reformar as funções do Estado e reavaliar as PPP. Álvaro Santos Pereira e a sua análise sobre a crise regressaram ao *DN* por outras ocasiões, tendo-se dado destaque à sua publicação¹²¹ – *Portugal na Hora da Verdade – como vencer a crise Nacional* – cujas ideias-chave foram aproveitadas no artigo onde Sónia Simões notícia o debate¹²².

Com o acentuar da instabilidade política, foram estes os argumentos repetidos para demonstrar o fracasso da política socialista, apontada como principal causadora da emigração¹²³, e que permitiram difundir a ideia de que o país necessitava de tecnocratas ao invés de políticos para resolver os seus problemas estruturais, vendo-se assim este tema envolto sobretudo em considerações estatísticas e técnicas. Ao transmitir nos seus artigos uma crítica à política governamental no que respeita à emigração, o *DN* cumpria assim a sua função de vigilante do poder, sem no entanto garantir uma neutralidade política ao dar mais espaço ao discurso da oposição, travestido algumas vezes num discurso científico e estatístico. O jornal permite ainda perceber duas perspetivas diferentes acerca da emigração. Por um lado, aquela que a encara como uma inevitabilidade que ajudará a minimizar os danos económicos e sociais provocados pela crise no país e como uma oportunidade para o indivíduo. Retórica esta que começou a abranger diferentes grupos profissionais, como os enfermeiros,

119 PEIXOTO, 2004.

120 SIMÕES, Sónia – “Contas ao País”. *DN*, 15.1.2011, p. 2-3.

121 “Retrato de um naufrágio em palavras (e números)”. *DN*, 28.4.2011, p. 5.

122 Sónia Simões, jornalista na secção de Grande Investigação do *DN*, colaborou no projeto de investigação liderado pela jornalista Maria de Lurdes Vale, que resultou na publicação de vários livros sobre a situação de Portugal e na organização do supracitado debate.

123 Os artigos apresentados sobre as eleições na Irlanda demonstram uma reflexão idêntica. Ver os artigos: VIEGAS, Patrícia – “Milhares de jovens estão a sair do país”. *DN*, 25.2.2011, p. 29; TECEDEIRO, Helena – “Irlanda vota em ‘dia de Vingança’”. *DN*, 26.2.2011, p. 34.

os engenheiros ou os arquitetos¹²⁴, e que também foi muito difundida nos artigos de opinião¹²⁵. Por outro lado, um discurso que realça a necessidade de criar mecanismos internos para acabar com a sangria emigratória¹²⁶.

Conclusão

Verifica-se que a manutenção dos laços entre os emigrantes e Portugal é uma preocupação transversal aos períodos estudados. Esta postura constante tinha, a nosso ver e entre outros objetivos, a finalidade de reforçar o prestígio de Portugal a nível internacional, instrumentalizando o emigrante e colocando-o na posição de embaixador do país. Esta situação manifesta-se através dos discursos sobre as relações luso-brasileiras e no desenvolvimento e incentivo de atividades que mantêm o emigrante ligado ao país de origem, como é o caso da promoção do ensino em português e da língua portuguesa, o incremento do movimento associativo e das atividades tradicionais a ele ligadas. No mesmo sentido, existe um discurso que enaltece o português como o “bem integrado”. Característica ainda mais acentuada quando colocada em oposição às supostas dificuldades de integração de outras nacionalidades. Assim, por um lado, este argumento é usado para enaltecer a identidade portuguesa; por outro lado, para reforçar a importância de Portugal no desenvolvimento económico dos países recetores. Nesta construção parece estar presente a herança histórico ideológica do colono português civilizador das nações alheias, veiculada pelo luso-tropicalismo de Gilberto Freyre.

Enquanto a integração e a ligação com o país de origem são aspetos transversais aos três períodos, a conceção de emigrante enquanto sujeito económico e social encontra variações nos diferentes contextos políticos, sociais e migratórios. Nos anos 30 a emigração não é encarada como uma solução para os problemas socioeconómicos nacionais provocados pela crise – exceção feita às saídas para o Brasil –, embora até ali o país sempre tenha mantido essa dependência. O contexto internacional desfavorável às mobilidades e a instauração de um novo regime político que estava em processo de consolidação e que, conseqüentemente, precisava de garantir o apoio das elites, levou o Governo a optar pela adoção de uma política de autarcia baseada no aproveitamento dos recursos nacionais dificultando as saídas de mão-de-obra. Neste sentido, o *DN*, publicava notícias que valorizavam as relações luso-brasileiras, a proteção do emigrante, a repressão da ilegalidade, as reclamações das elites locais sobre falta de mão-de-obra e as soluções para a otimização do capital humano. Em 1973 estava-se numa fase de “rescaldo” de uma grande vaga emigratória que possibilitou o alívio de tensões sociais, o escoamento da população ativa em excesso e o aproveitamento de remessas. Por isso, está implícito no *DN* o receio subjacente de um regresso massivo e descontrolado que impossibilitasse a integração profissional dos que voltassem. Por seu lado, em 2011 ainda se está a tomar consciência do início de um novo período de emigração muito numerosa, procurando-se analisar a sua génese e características. Encontra-se, por isso, incipiente o questionamento sobre os seus efeitos para o país. A maior preocupação surge ligada à emigração de trabalhadores qualificados. Começa também a criar raízes o discurso de incentivo às saídas, apontando-se como alternativa ao desemprego crescente. Este discurso é acompanhado de uma

124 MENDES, Viana – “Dois terços dos enfermeiros sem emprego preferem emigrar”. *DN*, 18.5.2011, p. 21; TAVARES, Pedro Sousa – “Portugueses voltam a descobrir o Brasil”. *DN*, 16.4.2011, p. 22; ELIAS, Alexandre – “A solução para a arquitetura é emigrar”. *DN*, 4.6.2011, p. 55.

125 Como exemplo, vejamos as crónicas de Maria de Lurdes Vale e de José César das Neves. A primeira era jornalista do *DN* e foi posteriormente nomeada para assessora no Governo de Pedro Passos Coelho. João César das Neves é professor catedrático de Economia na Universidade Católica de Lisboa. Durante os anos 1990-1995 foi assessor do Governo. Desempenhou ainda o cargo de técnico superior do Banco de Portugal. Ver as respetivas colunas de opinião: VALE, Maria de Lurdes – “Manchester 1- Sócrates 0”. *DN*, 10.4.2011, p. 13; NEVES, João César das – “Guia para a crise”. *DN*, 8.11.2010, p. 58.

126 Francisco Lopes, candidato apoiado pelo PCP para a presidência da República, falava durante a campanha da necessidade de regressar a uma economia real, geradora de emprego, e defendia uma universidade que promovesse a criação de alternativas para os licenciados a nível de colocação no mercado de trabalho de modo a que se criassem condições que evitassem a emigração (CABRAL, Eva – “Lopes sopra vidro e defende feriado de 18 de Janeiro”. *DN*, 14.1.2011, p. 10).

construção positiva da imagem do emigrante e do seu papel na história do país. O aventureirismo e o risco associados à emigração, moldando-se às estratégias dos poderes instalados, são criticados nos anos 60 quando relacionados com uma mobilidade contra a vontade do Estado, mas valorizados no *DN* deste século.

A análise dos discursos sobre emigração no *DN* demonstra que o jornal servia claramente de instrumento de manutenção do poder instalado, inserindo-se nas ferramentas de “saber durar” usadas pelo Estado Novo¹²⁷, embora existissem resistências que visavam acabar com o jugo do Estado sobre a sua atividade e alguma abertura às correntes jornalísticas internacionais. O jornal escrevia sobretudo para divulgar e informar acerca das iniciativas do Governo de modo a satisfazer os interesses das elites e, assim, garantir a sua estabilidade política. As fontes usadas condicionavam o discurso mediático que a partir daí se construía e o conhecimento transmitido acerca do social. Hoje, o jornalismo trás ao público interesses, expectativas, desejos e angústias de vários grupos sociais. Embora estando dependente dos seus financiadores, ele consegue “respirar” através da individualidade dos jornalistas. Deste modo, o *DN* acaba por dar voz a um ou mais lados, construindo o seu discurso mediático a partir de canais convencionais, mas também de informadores como cientistas e indivíduos diretamente ligados ao processo migratório (o emigrante), o que não se verificava nos anos 30 e 70. Embora sujeito ao crivo interpretativo do jornalista que constroi a notícia, conseguimos aceder a uma visão de “baixo para cima”, e perceber a visão do emigrante sobre a crise e os seus efeitos, assim como as suas motivações para sair de Portugal, os seus dilemas e frustrações, a sua projeção no futuro e as suas ligações com o país de origem.

Uma visão mais distanciada no tempo permitirá compreender melhor, tal como se fez para os anos 30 e 70, as várias dinâmicas sociais, políticas e económicas que estão por detrás destes e de outros discursos que a imprensa livre ajuda a divulgar e a promover.

Fontes

Diário de Notícias. Lisboa, outubro de 1929 a julho de 1922; julho de 1973 a maio de 1974; janeiro de 2008 a junho de 2011.
Diário do Governo. Portaria n.º 4846 do Ministério do Interior, Direção-Geral da Segurança Pública, 1.ª Série, n.º 69, 4 de abril de 1927; Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1.ª Série, n.º 241, 19 de outubro de 1929; Decreto n.º 14 107 do Ministério do Interior, Direção-Geral da Segurança Pública, 1.ª Série, n.º 176, 15 de agosto de 1927. Ministério do Interior, Intendência-Geral da Segurança Pública, Inspeção-Geral dos Serviços de Emigração, 1.ª Série, n.º 30, 5 de fevereiro de 1931.
Diário da República. Resolução da Assembleia da República n.º 32/2010, de 19 de março, 1.ª Série, n.º 71, 13 de abril de 2010; Resolução da Assembleia da República n.º 31/2010, de 19 de março, 1.ª Série, n.º 71, 13 de abril de 2010.
 Companhia Nacional de Navegação, 1933 – *Relatório: parecer do Conselho Fiscal e documentos – gerência de 1932*. Lisboa: s.n.
 Eurohsport. Disponível em: <http://www.eurohsport.eu/site/index.php?option=com_content&task=view&id=289&Itemid=64>.

Bibliografia

ALHO, Albérico Afonso Costa, 2006 – *Sob o cronómetro de Taylor, adestrar a mão e corrigir o olhar. Aventuras dos tecnocráticos no Ministério das Corporações. Origens, percursos, mitos e ritmos de uma formação quase desconhecida – A FPA*. Lisboa (tese de doutoramento em História, Especialidade História Cultural e das Mentalidades apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).
 BAGANHA, Maria Ioannis, 1988 – *International labor movements: Portuguese emigration to the United States 1820-1930* (tese de doutoramento em Filosofia, apresentada à Universidade de Pennsylvania, UMI Dissertation Services).
 BAGANHA, Maria Ioannis, 1994 – “As correntes emigratórias portuguesas no século xx e o seu impacto na economia nacional”. *Análise Social*. Vol. XXIX, (128), (4º), p. 959-980.
 BAGANHA Maria Ioannis, 2000 – “A Emigração Portuguesa no pós II Guerra Mundial” in PINTO, António Costa (org.) – *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Sequitur, p. 213-232.

- BAGANHA, Maria Ioannis, 2003 – “From closed to open doors: Portuguese emigration under the Corporatist Regime”. *E-Journal of Portuguese History*. 1 (1), p. 1-16. Disponível em: <http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue1/pdf/baganha.pdf> [consult. 20 de fev. de 2010].
- BARRETO, António; PRETO, Clara Valadas, 2000 – “Indicadores sociais: Portugal, 1960-2000” in BARRETO, António (org.) – *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*. Vol. II. Lisboa: ICS, p. 77-249.
- BECKER, Howard S., 1985 – *Outsiders. Études de sociologie de la déviance*. Paris: Métailié.
- BRETTELL, Caroline, 1991 – *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhoto*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BUTEL, Paul, 2012 – *Histoire de l'Atlantique. De l'Antiquité à nos jours*. Paris : Ed. Perrin, p. 383-524.
- CABRERA, Ana, 2006 – *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CARDÃO, Marcos, 2013 – “O charme discreto dos concursos de beleza e o luso-tropicalismo na década de 1970”. *Análise Social*. Vol. XLVIII (208), (3.ª), p. 530-549.
- CASTELO, Cláudia, 1999 – *“O modo português de estar no Mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa, 1933-1961*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- CORREIA, Fernando, 1998 – *Os jornalistas e as notícias: a autonomia jornalística em questão*. Lisboa: Caminho.
- COSTA, Jorge; FAZENDA, Luis; HONÓRIO, Cecília; LOUÇÃ, Francisco; ROSAS, Fernando, 2011 – *Os donos de Portugal. Cem anos de poder económico (1910-2010)*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- CUNHA, Manuel Antunes da, 2009 – “‘Onde quer que se encontre ... o mundo português’. Representações de Portugal e da emigração na informação da RTP Internacional”. *Comunicação e Sociedade*. Vol. 15, p. 215-229. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/259260154_Onde_quer_que_se_encontre...o_mundo_portugus._Representaes_de_Portugal_e_da_emigrao_na_informao_da_RTP_Internacional> [consult. 20 de maio de 2014].
- DIAS, Bruno Peixe; DIAS, Nuno (org.), 2012 – “Nota introdutória” in DIAS, Bruno Peixe; DIAS, Nuno (org.) – *Imigração e Racismo em Portugal. O Lugar do Outro*. Lisboa: Le Monde Diplomatique.
- DIAS, Nuno, 2012 – “Construir as cidades para os outros: imigração e trabalho no Portugal contemporâneo” in DIAS, Bruno Peixe; DIAS, Nuno (org.), 2012 – *Imigração e Racismo em Portugal. O Lugar do Outro*. Lisboa: Le Monde Diplomatique, p. 29-45.
- DURÁN MUÑOZ, Rafael, 1997 – “A crise económica e as transições para a democracia: Espanha e Portugal em perspectiva comparada”. *Análise Social*. Vol. XXXII (141), (2ª), p. 369-401.
- FERREIRA, Diogo, 2011 – “A emigração para o Brasil no discurso parlamentar português após a Primeira Guerra Mundial (1918-1926)” in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; MENEZES, Lená Medeiros (eds.) – *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, p. 233-250.
- FIGUEIRA, João, 2007 – *Os jornais como actores políticos – o Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva.
- FONSECA, Inês, 2007 – *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel. “Levávamos foice logo p’ra mina”*. Lisboa: Ed. 100Luz.
- FREIRE, João Paulo, 1939 – *O Diário de Notícias: da sua fundação às suas bodas de diamante: esboço da sua história e das suas efemérides*. Lisboa: Ed. comemorativa das Bodas de Diamante do Diário de Notícias, vol. 2, p. 275-313.
- GERALDO, Endrícia, 2009 – “A ‘lei de cotas’ de 1934: controle de estrangeiros no Brasil”. *Cadernos AEL*. Vol. 15, n.º 27, p. 175-207. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/157/164> [consult. 28 de maio de 2012].
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 2009 – *Ensaios e Estudos. Uma maneira de pensar*. Vol. I, Lisboa: Sá da Costa Editora.
- LAINS, Pedro, 1999 – “Portugal e a Grande Depressão”. *História*. Ano XXI, n.º 18, p. 30-39.
- MACEDO, Jorge Braga de, 1992 – “Convergência na economia europeia: o contributo português”. *Análise Social*. Vol. XXVII (118-119), (4.º-5.º), p. 623-654.
- MARQUES, José Carlos Laranjo, 2008 – *Os Portugueses na Suíça. Migrantes Europeus*. Lisboa: ICS.
- MELO, Daniel; SILVA, Eduardo Caetano da, 2009 – “Associativismo, emigração e nação: o caso português” in MELO, Daniel; SILVA, Eduardo Caetano da (org.) – *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*. Lisboa: ICS, p. 31-69.
- MONTEIRO, Bruno; QUEIRÓS, João, 2009 – “Entre cá e lá. Notas de uma pesquisa sobre a emigração para Espanha de operários portugueses da construção civil”. *Configurações*. N.º 5/6. Disponível em: <<http://configuracoes.revues.org/403>> [consult. 1 de fev. de 2014].
- MURTEIRA, Mário, 1965 – “Emigração e política de emprego em Portugal”. *Análise Social*. Vol. III, n.º 11, p. 258-278.
- PACHECO, Óscar, 1964 – *Pequena história de um grande jornal: I Congresso do “Diário de Notícias”*. Lisboa: s. n.
- PEIXOTO, João, 2004 – “País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal”. *SOCIUS Working Papers*. N.º 2. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2028/1/wp200402.pdf>> [consult. 2 de abr. de 2014].

- PEIXOTO, João, 2012 – “A emigração portuguesa hoje: o que sabemos e o que não sabemos”. *SOCIUS Working Papers*. N.º 5. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2028/1/wp200402.pdf>> [consult. 2 de abr. de 2014].
- PEREIRA, Miriam Halpern; MACHADO, Fernando Luís, 2009 – “Apresentação”. *Ler História*. N.º 56, p. 9-11.
- PEREIRA, Victor, 2007 – “Émigration, résistance et démocratisation, L’émigration portugaise au crépuscule de l’Estado Novo”. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. Nouvelle série, vol. 37, n.º 1, p. 219-240.
- PEREIRA, Victor, 2009 – “Emigração e desenvolvimento da previdência social em Portugal”. *Análise Social*. Vol. XLIV (192), p. 471-510.
- PEREIRA, Victor, 2012 – *La dictature de Salazar face à l’émigration. L’État portugais et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Presses de Sciences Po.
- PIMENTEL, Irene Flunser, 2006 – *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- RAMOS, Jair da Souza, 2008 – “La construction de ‘l’immigrant indésirable’ au Brésil” in RYGIEL, Philippe (coord.) – *Le bon grain et l’ivraie. La sélection des migrants en Occident 1880-1939*. Paris: Publibooks, p. 77-101.
- RIBEIRO, F. G. Cassola, 1986 – *Emigração portuguesa. Aspectos relevantes relativos às políticas adoptadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas/Instituto de Apoio à Emigração e às Comunidades Portuguesas.
- RIBEIRO, Maria da Conceição, 1995 – *A Polícia Política no Estado Novo. 1926-1945*. Lisboa: Ed. Estampa.
- ROLLO, Maria Fernanda, 1994 – “A industrialização e os seus impasses” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII. Lisboa: Editorial Estampa, p. 450-471.
- ROSAS, Fernando, 1994 – “O Estado Novo (1926-1974)” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. VII. Lisboa, Ed. Estampa.
- ROSAS, Fernando, 1996 – *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1939: Elementos para o estudo da natureza económica e social do Salazarismo*, 2.ª ed. Lisboa: Ed. Estampa.
- ROSAS, Fernando, 2012 – *Salazar e a política. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta de China.
- RYGIEL, Philippe, 2007 – *Le Temps des migrations blanches. Migrer en Occident (1840-1940)*. Montreuil: Ed. Aux lieux d’être.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1993 – *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Paula Marques, 2011 – “As relações Portugal-Brasil e a emigração. Enquadramento político-diplomático da 1.ª metade do século XX” in SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; MENEZES, Lená Medeiros (eds.) – *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, p. 557-572.
- SANTOS, Yvette dos, 2010 – “État et migration: une action officielle portugaise préférentiellement tournée vers l’émigration transocéanique, 1880-1969”. *Cahiers de la Méditerranée*. N.º 80, p. 65-86.
- SCHOR, Ralph, 1996 – *Histoire de l’immigration en France de la fin du XIXème siècle à nos jours*. Paris: Éd. Armand Colin.
- SICILIANO, André Luiz, 2013 – *A política migratória brasileira: limites e desafios*. Universidade de São Paulo (dissertação de mestrado). Disponível em: <http://www.iri.usp.br/documentos/defesa_12-04-19_Andre_Luiz_Siciliano.pdf> [consult. 27 de abr. de 2013].
- SILVA, A. E. Duarte, 1995 – “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”. *Análise Social*. Vol. XXX (130), (1.º), p. 5-50.
- SILVA, Marta Nunes, 2011 – *Os trilhos da emigração. Redes clandestinas de Penedono a França (1960-1974)*. Lisboa: Edições Colibri.
- SOBREIRA, Rosa Maria, 2003 – *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma profissão em construção*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUZA, Jorge Pedro, s.d. – *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/#inbox/1466666a504842e2?projector=1>> [consult. 10 de maio 2014].
- SOUZA, Jorge Pedro, 2005 – *Elementos de jornalismo impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas – Oficina Editorial.
- SOUZA, Jorge Pedro, 2006 – *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, 2ª ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- SOUZA, Jorge Pedro (org.), 2008 – *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa: Perspectivas Luso-Brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- SPIRE, Alexis, 2005 – *Étrangers à la carte. L’administration de l’immigration en France (1945-1975)*. Paris: Grasset.
- VEIGA, Ivo, 1999 – “O choque petrolífero de 1973”. *História*. N.º 18, ano XXI (nova série), outubro, p. 50-57.
- VERÍSSIMO, Helena Ângelo, 2003 – *Os jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- WEIL, Patrick, 2004 – *La France et ses étrangers. L’aventure d’une politique de l’immigration de 1938 à nos jours*. Paris: Gallimard (Folio histoire, nova edição refundida).